



SENADO FEDERAL  
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO  
UNILEGIS

**FABÍOLA CRISTHINA DE LIMA E GÓIS**

Jornalismo digital: a relação entre a mídia privada de Rondônia e a  
Agência Senado

Brasília – DF

2008



## **FABÍOLA CRISTHINA DE LIMA E GÓIS**

**Jornalismo digital: a relação entre a mídia privada de Rondônia e a Agência  
Senado**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Comunicação Legislativa da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis e pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS como requisito para a obtenção do título de Especialista em Comunicação Legislativa.

Orientadora: Professora Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida

Brasília – DF  
2008

Jornalismo digital: a relação entre a mídia privada de Rondônia e a Agência  
Senado

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Comunicação Legislativa  
realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro no segundo semestre de 2008.

Aluna: FABÍOLA CRISTHINA DE LIMA E GÓIS

**BANCA EXAMINADORA**

---

Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida (orientadora)

---

Luiz Carlos Santana de Freitas

Brasília, 1º de dezembro de 2008.

A Deus, fonte da vida, e Meishu-Sama, meu líder espiritual.

A meus pais, por todo esforço com que se dedicaram à minha educação.

A meus filhos, Thiago e Diego, razão da minha existência, pela inspiração, paciência, amor e carinho mesmo com toda a ausência.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos jornalistas da Agência Senado e dos sites de notícias de Rondônia, que aceitaram passar de entrevistadores para entrevistados.

Aos professores da Unilegis, pela qualidade das aulas e sugestões de estudo, que saciaram a minha busca por questionamentos ligados à minha área.

À minha orientadora, Valéria Ribeiro Franklin Almeida, que escolheu meu trabalho para enriquecê-lo com seu precioso conhecimento.

Ao senador Expedito Júnior, por ter me permitido ficar tão próxima ao meu objeto de pesquisa.

À Coordenação de Comunicação Social do Tribunal de Justiça de Rondônia, por ter enviado cópia de DVD com gravação do 1º Encontro do Judiciário-Imprensa do TJRO.

Ao professor Júlio Sérgio Aires de Almeida, jornalista e professor da Faculdade Interamericana de Porto Velho (Uniron), pelos preciosos dados fornecidos sobre a história da imprensa de Rondônia.

A Wagner Fraga Friaça, chefe de gabinete do senador Expedito Júnior, pelo incentivo aos estudos promovidos pelos órgãos de ensino desta Casa e pela revisão do texto.

À Rosana Cunha, servidora do Senado Federal e, sobretudo, amiga, pelo auxílio na revisão e normalização da monografia.

À Marina Mota, jornalista, amiga, colaboradora deste projeto, e por ter ouvido por longas horas meus questionamentos sobre o Jornalismo.

Aos integrantes do CAEC, por todos os momentos de descontração e amizade.

“Porque o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade. Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte”.

Gabriel Garcia Márquez

## RESUMO

Esta pesquisa se baseia no pressuposto de que a divulgação de informações legislativas é um dos principais elementos para aperfeiçoar a relação entre parlamentares e seus eleitores. Sob esse viés, o presente trabalho pretende comparar dois tipos de cobertura jornalística: um, realizado por um veículo público de comunicação, a Agência Senado, e outro, pela mídia privada e digital de Rondônia. Para isso, foram eleitas, para análise, notícias sobre a votação do Caso Beron (Banco do Estado de Rondônia), da CPMF e da cassação do senador Expedito Júnior nos anos de 2007 e 2008. Para fins de comparação entre os dois modelos de veículos, a pesquisa examina aspectos da linguagem jornalística utilizada e o uso de termos técnicos usados para a produção de matérias, com especial enfoque para evidências da existência ou não de relações de poder que permeiam a elaboração desses noticiários. A pesquisa se volta ainda para a verificação de dificuldades enfrentadas pelos jornalistas da Agência e dos sites noticiosos de Rondônia no desempenho de seu trabalho, em função das peculiaridades de suas rotinas, e que puderam ser constatadas por meio de questionários e entrevistas com os repórteres.

Palavras-chave: Jornalismo digital, comunicação legislativa, Agência Senado, Rondônia, relações de poder

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 .....	12
1.1 A história dos meios de comunicação do Senado.....	12
1.1.1 Como surgiu a Agência Senado .....	14
1.2. A história da imprensa em Rondônia .....	19
1.3 A Internet, o jornalismo e a exclusão digital .....	26
1.4 Para entender a política de Rondônia .....	37
CAPÍTULO 2 .....	42
2.1 Características das relações de poder .....	42
2.2 As relações de poder envolvendo a comunicação em Rondônia.....	46
CAPÍTULO 3 .....	50
3.1 Estudo das matérias selecionadas .....	50
3.1.1 O Caso Beron .....	52
3.1.2 CPMF, TSE e cassação.....	59
3.2 Entrevistas com os repórteres .....	62
3.2.1 Os jornalistas da Agência Senado .....	62
3.2.2 Os jornalistas de Rondônia .....	65
3.3 O apreço por informações oficiais.....	68
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	74
ANEXOS .....	77



## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado analisa a cobertura jornalística realizada pela Agência Senado em 2007 e 2008, e o conteúdo jornalístico produzido pelos sites noticiosos de Rondônia. Foram observadas a linguagem, a forma e o conteúdo das matérias produzidas por esses veículos. A intenção é mostrar como a mesma notícia é veiculada nas duas categorias (público e privado) de meios de comunicação, identificando as diferenças entre um formato e outro. Como pano de fundo e aproveitando reflexões já existentes sobre o assunto, pretendeu este estudo delinear a relação estabelecida entre a comunicação privada e o poder público no estado.

Buscou-se constatar se as matérias da Agência Senado são as únicas fontes de informação para os jornalistas dos *sites* da imprensa privada do Estado, visto que há informações de que há poucos profissionais contratados na mídia rondoniense capazes de produzir todas as matérias hoje postadas. Esta pesquisa orientou-se no sentido de buscar saber se isso é concreto, e se os jornalistas respeitam as regras do direito autoral.

Investigou-se se a política editorial que estabelece as diretrizes para o funcionamento dos sistemas de informação do Senado prioriza critérios como cobertura imparcial e apartidária, a fim de oferecer ao cidadão o máximo de informação isenta e abrangente. Este estudo também responde à seguinte lista de inquietações: o grau de influência da Agência Senado em pautar a mídia comercial e periférica; como os jornalistas da mídia regional recebem as informações divulgadas pela Agência Senado; e de que forma esta agência os influencia para que sejam mais isentos e redijam notícias imparciais.

Foi analisada ainda a existência ou não de dependência e apreço exagerado pelas fontes oficiais. Essas hipóteses já foram constatadas pelo jornalista Fernando Rodrigues<sup>1</sup> (2007). Para ele, é grande a atração da imprensa por informações oficiais.

Nossa tradição cartorial, católica e lusitana parece nos compelir a buscar documentos oficiais, carimbados e cheios de assinaturas. A palavra vale nos países católicos muito menos do que nos protestantes e anglo-saxões. Dessa forma, quando um procurador aparece com um documento ou há algum diálogo captado e gravado, a informação ganha uma aura de maior credibilidade (conforme o costume nacional). (RODRIGUES, 2007, *apud* NASCIMENTO, 2007: 150)

Esta pesquisa teve como foco ainda a qualificação dos profissionais da imprensa estadual. Outra indagação constante do estudo buscava saber se a maior parte dos jornalistas frequentou universidades antes de começar a produzir notícias para os sites de Rondônia e se a falta de conhecimento técnico afeta o conteúdo jornalístico.

---

<sup>1</sup> Repórter da sucursal da Folha de S.Paulo em Brasília desde 1996. Está no jornal desde 1987.

Neste estudo, não houve a pretensão de elaboração de uma análise antropológica sobre a realidade social de Rondônia, mas quisemos identificar se o fato de o Estado ter sido criado há pouco mais de 27 anos, estar situado na fronteira do Brasil com a Bolívia e ficar tão distante do poder – a mais de 2.300 km de Brasília –, interfere nesses aspectos citados. Também foi analisado se essas questões se refletem no exercício das profissões, principalmente no Jornalismo. Essas observações constam no capítulo 1, onde foi detalhada a história de Rondônia e de sua imprensa local.

Nesse mesmo capítulo, mostramos as características da população de Rondônia e se, ao contrário de Brasília, cuja população, oriunda de outros estados, naturalmente, abdicou das tradições da política regional, os moradores de Rondônia fiscalizam e cobram ações e atitudes dos políticos do Estado. Sabemos que é alto o número de acessos aos textos jornalísticos. O Observador, um dos mais de 300 sites noticiosos existentes no Estado, chegou a ter em uma só matéria mais de 30 mil acessos em dois dias de publicação.

Neste estudo também abordaram-se as relações de poder entre a política e a mídia de Rondônia. Tomou-se conhecimento, durante a elaboração do estudo, que é comum o achaque e as ameaças a jornalistas. Há denúncias de que políticos pagam para evitar que alguma notícia negativa sobre ele seja publicada; outros desembolsam valores que variam de R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00 por matéria favorável publicada nos *sites*.

A intenção era constatar se existem mesmos esses achaques e até que ponto eles atrapalham a prática jornalística. Este aspecto estará explicitado no Capítulo 2. Ainda que esse tipo de prática não esteja restrito a Rondônia – há inúmeros casos similares já divulgados que ocorreram na imprensa nacional –, é representativo e pode ser considerado um sintoma da relação entre poder político/imprensa que se estabelece naquele Estado. E como justificativa para este estudo, mostramos as peculiaridades nas relações de poder em todo o país.

Para sustentar a existência das relações de poder, utilizou-se como referenciais teóricos dois livros do escritor Norberto Bobbio. São eles: “*Teoria Geral da Política*” e “*Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*”. Também usamos conceitos de Stuart Mill, Pierre Bourdieu e Pedro Demo.

A internet foi o principal instrumento de pesquisa deste trabalho, uma vez que as notícias são postadas por meio de site. As entrevistas com repórteres e identificação dos problemas da linguagem foram feitas por meio de questionário e entrevistas. Foram elaboradas 10 perguntas para cada grupo de jornalistas, o de Rondônia e os do Senado. Enviamos as perguntas por e-mail àqueles profissionais que estão em Rondônia, que

responderam também por meio eletrônico. Quanto aos da Agência Senado, as respostas foram colhidas pessoalmente.

A análise foi guiada por uma metodologia híbrida, quantitativa e qualitativa. No primeiro caso, levou-se em conta o espaço concedido pela Agência Senado e pelos sites de Rondônia aos casos escolhidos para análise por esta pesquisa – O caso Beron, a votação da CPMF e o processo de cassação do senador Expedito Júnior. Citamos o número de matérias produzidas sobre o tema em cada mídia. Essas observações constam do capítulo 3.

No segundo ângulo de abordagem, realizou-se uma análise qualitativa do discurso, a partir dos referenciais teóricos. Deste modo, pretendemos buscar não apenas uma análise das agências como veiculadoras de informações públicas, mas também sobre a técnica de linguagem e a carga ideológica dessas informações. Para efeito deste trabalho, adotou-se a visão de Stuart Hall, para quem o próprio recorte da realidade feito pelo repórter demonstra a carga ideológica de quem “está captando algo do mundo pré-significado com o objetivo de significá-lo de uma nova maneira”, (HALL, 2003: 364).

Em relação ao uso da língua portuguesa, os manuais de redação de grandes jornais e entidades públicas citam a importância de se evitar o uso de termos técnicos nos textos jornalísticos. Em alguns tipos de veículos, como é o caso do rádio, essa linguagem mais rebuscada é praticamente inexistente. Os repórteres e redatores têm o cuidado em transmitir para o ouvinte a notícia de uma forma mais simples e menos complexa. Procurou-se identificar se os jornalistas da Agência Senado se pautam por isso.

As matérias escritas pelos repórteres da Agência precisam ser cuidadosamente elaboradas, para que se apresentem claras, objetivas e fiéis aos fatos. Não devem deixar dúvidas em relação aos pensamentos expressos, no caso de discursos, ou à decisão adotada, no caso de votações (BRASIL, 2001: 9).

Encontramos no Manual do jornal O Estado de São Paulo, por exemplo, logo na primeira página das "Instruções gerais", a seguinte orientação:

A simplicidade do texto não implica necessariamente repetição de formas e frases desgastadas, uso exagerado de voz passiva [...], pobreza vocabular, etc. Com palavras conhecidas de todos, é possível escrever de maneira original e criativa e produzir frases elegantes, variadas, fluentes e bem alinhavadas. Nunca é demais insistir: fuja, isto sim, dos rebuscamentos, dos pedantismos vocabulares, dos termos técnicos evitáveis e da erudição. (Martins, 1998: 15)

A partir de tais perspectivas teóricas e questionamentos aqui levantados, a análise do objeto proposto é desenvolvida.

## CAPÍTULO 1

### 1.1 A história dos meios de comunicação do Senado

O sistema de comunicação do Senado Federal começou a ser formado ainda nos idos de 1880, sob “a influência de um mecanismo em que iniciativas oficiais e privadas se imiscuíam em um país novo, onde as experiências democráticas ensaiavam primeiros e titubeantes passos”, segundo cita em sua dissertação a jornalista Valéria Ribeiro Almeida<sup>2</sup>. Iniciou-se, àquela época, um rotineiro registro taquigráfico das sessões, publicação no Diário Oficial, e, simultaneamente, a divulgação dos debates e votações por outros jornais. (ALMEIDA, 2007: 92)

A mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, transferiu também parte da estrutura do Senado. Os serviços burocráticos administrativos recebiam prioridade nas gestões do Senado. Almeida cita que alguns textos demonstram a existência de redatores no quadro de funcionários do Senado nos idos de 1960. “Vários destes, contudo, mantiveram-se no Rio de Janeiro, pois trabalhavam também em veículos de imprensa privados ali sediados”, diz a autora. A prática do duplo emprego de jornalistas – um na imprensa privada e outro no serviço público – parecia ser comum, de acordo com relatos por ela colhidos.

Naquela época, já era visível a percepção e preocupação dos senadores em tornar públicas as suas idéias, uma vez que já existia um serviço radiotécnico para gravar as sessões. A mídia privada, em 1961, teve acesso liberado às instalações do Senado. Em 1962, o Congresso Nacional passou a ter 30 minutos na Hora do Brasil, programa de rádio em cadeia nacional criado por Getúlio Vargas em 1934. O Senado tinha 10 minutos da programação, e fez-se necessária a montagem de uma estrutura de comunicação para garantir a produção do noticiário diário do rádio. (ALMEIDA, 2007: 112)

O primeiro órgão de radiodifusão da Casa, o Serviço de Radiodifusão do Senado, foi criado em 1963 e editava o noticiário para a Voz do Brasil, nomenclatura adotada para o programa Hora do Brasil a partir de 1962. Eram matérias sobre sessões plenárias e outras reuniões. A partir de 1967, começou a ser editada, por um grupo de funcionários do Senado, a Súmula Informativa, um resumo impresso dos assuntos políticos publicados nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, destinado, exclusivamente, aos senadores. Em 1972, o Serviço

---

<sup>2</sup> Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida é autora da dissertação “A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet” para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social junto à Universidade de Brasília.

de Radiodifusão foi ampliado e transformado em Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas. Já em 1985, o plenário sofreu uma reforma para colocação de cabines de televisão em parte da galeria. (FREITAS, 2007: 40)

Em 1984, o Senado inaugurou seu primeiro formato do que viria a ser uma agência de notícias, segundo cita Valéria Ribeiro Almeida. O telex passou a ser utilizado no Senado para fins de divulgação do noticiário da Casa. A promulgação da Constituição de 1988 reforçou a estrutura de comunicação do Senado, uma vez que o artigo 5º determinou o direito à liberdade de expressão e à informação.

Antes um pouco, em 1987, foi instituída a Central de Produção de Vídeo (CPV) do Senado Federal e criado o Comitê de Imprensa para atender aos jornalistas da mídia privada. Em 1988, houve mudança no nome da “Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas” para “Secretaria de Comunicação Social (SECS)”, que passou a ter seis seções distintas, entre elas, a de Imprensa, de Rádio e de Televisão.

O primeiro concurso público nacional para selecionar jornalistas e modernizar a área de comunicação social do Senado foi realizado em 1989. Em agosto de 1991, o senador Mauro Benevides autorizou a reserva de dez vagas para analistas legislativos da área de comunicação social. Previu-se a implantação de uma emissora de televisão, mas a pressão da mídia e de um grupo de parlamentares provocou a suspensão da iniciativa.

O Legislativo teve que enfrentar processo de Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, de que havia saído como tendo cumprido seu papel fiscalizador, a desconfiança da sociedade diante de novos escândalos de corrupção. Com este quadro e após a realização de uma série de seminários programados pela própria SECS para levantar junto a publicitários, assessores e jornalistas da mídia privada soluções para melhorar a imagem que a sociedade tinha do Congresso foi que se desenhou o formato do novo modelo de comunicação do Senado que teve um crescimento extraordinário no período de 1994 a 1997. (ALMEIDA, 2007: 122)

Valéria Ribeiro Almeida cita que o nome da Agência Senado começou a aparecer nos cabeçalhos das matérias, e foi criada, no âmbito do Serviço de Imprensa, a Seção de Informática e Transmissão que deveria “alimentar” o banco de dados do Prodasen com as notícias e enviá-las por meio de telex ou fac-símile. “Além de usar, pela primeira vez, a expressão ‘eletrônicos’, o texto (...) tornava explícita a obrigatoriedade dos jornalistas realizarem cobertura e elaboração de boletins diários”, escreve a autora.

Nessa época, a Secretaria de Comunicação Social passou a ter um papel fundamental na divulgação dos trabalhos do Senado. A idéia era passar à sociedade a imagem de um local de trabalho sério. Em 1995, a SECS estruturou a Agência Senado para que esta “enviasse para os jornais, emissoras de rádio e televisão de todo o país, e em tempo real, notícias produzidas

no Senado Federal”. Em dois anos, foram criados oficialmente: a TV Senado (em junho de 1995), a Rádio Senado (em agosto de 1996) e o Jornal do Senado (em novembro de 1996). (ALMEIDA, 2007: 124)

### **1.1.1 Como surgiu a Agência Senado**

A necessidade de se dar mais visibilidade ao trabalho dos senadores é um dos motivos que justificam e explicam a criação da Agência Senado. Conforme cita o Manual de Redação da Agência Senado e Jornal do Senado,

Constatou-se que os veículos privados de comunicação dedicavam muito pouco espaço em seus noticiários para os trabalhos desenvolvidos no Parlamento. A cobertura dos jornais era direcionada, principalmente, para os eventos políticos. Uma vasta gama de atividades era ignorada, inclusive o debate e votação de temas que representavam importantes mudanças na vida dos cidadãos. Verificou-se a necessidade de fazer com que as informações relativas ao trabalho do Senado chegassem diretamente à população. Desse modo, as pessoas passariam a ter elementos suficientes para avaliar, por si mesmas, o que vinha sendo feito na Casa. (BRASIL, 2001: 7)

No citado Manual, é clara a demonstração dos seus autores em mostrar que “havia a intenção de garantir transparência à atuação do Senado e de promover a democratização da informação produzida na Casa”. As votações, as audiências públicas, os debates e as reuniões de comissões passaram a ser acompanhados tanto pela TV Senado, pela Rádio Senado e, o noticiário sobre a produção legislativa da Casa passou a ser disponibilizado pela Agência Senado em tempo real na Internet. (BRASIL, 2001:7)

O Manual cita ainda que

A intenção era garantir a multiplicação das informações relativas às atividades do Senado Federal. Quanto mais informados estivessem os jornalistas, mais completa seria a cobertura e mais informados estariam seus leitores. Para cumprir sua missão, tanto o Jornal do Senado como a Agência Senado necessitavam ter credibilidade junto a seu público-alvo. Era preciso que os jornalistas tivessem a garantia de que as notícias que lhe chegavam às mãos não representavam propaganda dos senadores. Isso foi conseguido com a postura objetiva e jornalística apresentada nas matérias. Essa é uma posição fundamental no trabalho da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal. (BRASIL, 2001: 8)

Além de pautar as editorias de jornais em todo o País, principalmente a de Política, os editores começaram também a cobrar do repórter responsável pela cobertura no Senado a fidelidade das informações e que o profissional tivesse todas as informações divulgadas pela agência oficial.

A Resolução nº 09, de 1997, que discrimina o funcionamento da Secretaria de Comunicação Social (SECS), define a Agência Senado como a “responsável pela redação e divulgação em tempo real, mediante redes informatizadas, de textos jornalísticos sobre as atividades da Casa”. Sua cobertura deve priorizar o Plenário e outros órgãos da Casa, e transmitir as notícias produzidas para as principais agências de notícias e para os jornalistas credenciados no Senado.

Não se pensava ainda na amplitude que ganharia a Agência Senado com o surgimento da Internet. Valéria Almeida (2007: 143) cita que,

É interessante atentar para o fato de que, naquele momento, não se visualizava em toda sua extensão a capacidade de disseminação que a Internet teria, pois o público-alvo citado se restringia às outras agências e jornalistas credenciados e não se imaginou que o cidadão comum poderia acessar a informação, diretamente da fonte produtora.

A Agência Senado é um dos principais meios de comunicação para a divulgação do mandato dos senadores. A cobertura é focada nas audiências públicas e reuniões de comissões, nas votações em plenário, discursos parlamentares, da Presidência da Casa, e de qualquer evento ligado à instituição que ocorra no espaço do Senado e, em algumas situações, fora de Brasília.

Segundo Almeida (2007), a produção de matérias da Agência segue o esquema tradicional de qualquer veículo de comunicação, com a presença de quatro etapas essenciais: a elaboração de uma pré-pauta – com base em uma agenda diária – e outra agenda semanal, preparadas pela própria Agência; a apuração e elaboração das matérias pelos repórteres; o tratamento do material, fase que envolve revisão, edição e a agregação de recursos informativos e multimídia; e a disponibilização pela Internet do noticiário para leitura e apropriação gratuita do material que interessar ao usuário.

Destacaremos neste trabalho a última etapa, em que as matérias são disponibilizadas no *site* do Senado. As notícias ocupam cerca de metade do espaço gráfico da página, conforme pode ser conferido na Figura 1. A “manchete” sempre está acompanhada de foto e legenda e é seguida por três sub-manchetes. A escolha da notícia de destaque segue, assim como em outras agências de notícias privadas, o critério da relevância jornalística, ou seja, o editor responsável pela edição do material do dia define o que é mais importante. Na Figura 2, pode ser observada a página inicial da Agência Senado.



Figura 1 – Imagem da página principal do Senado na Internet, no dia 7 novembro de 2008.



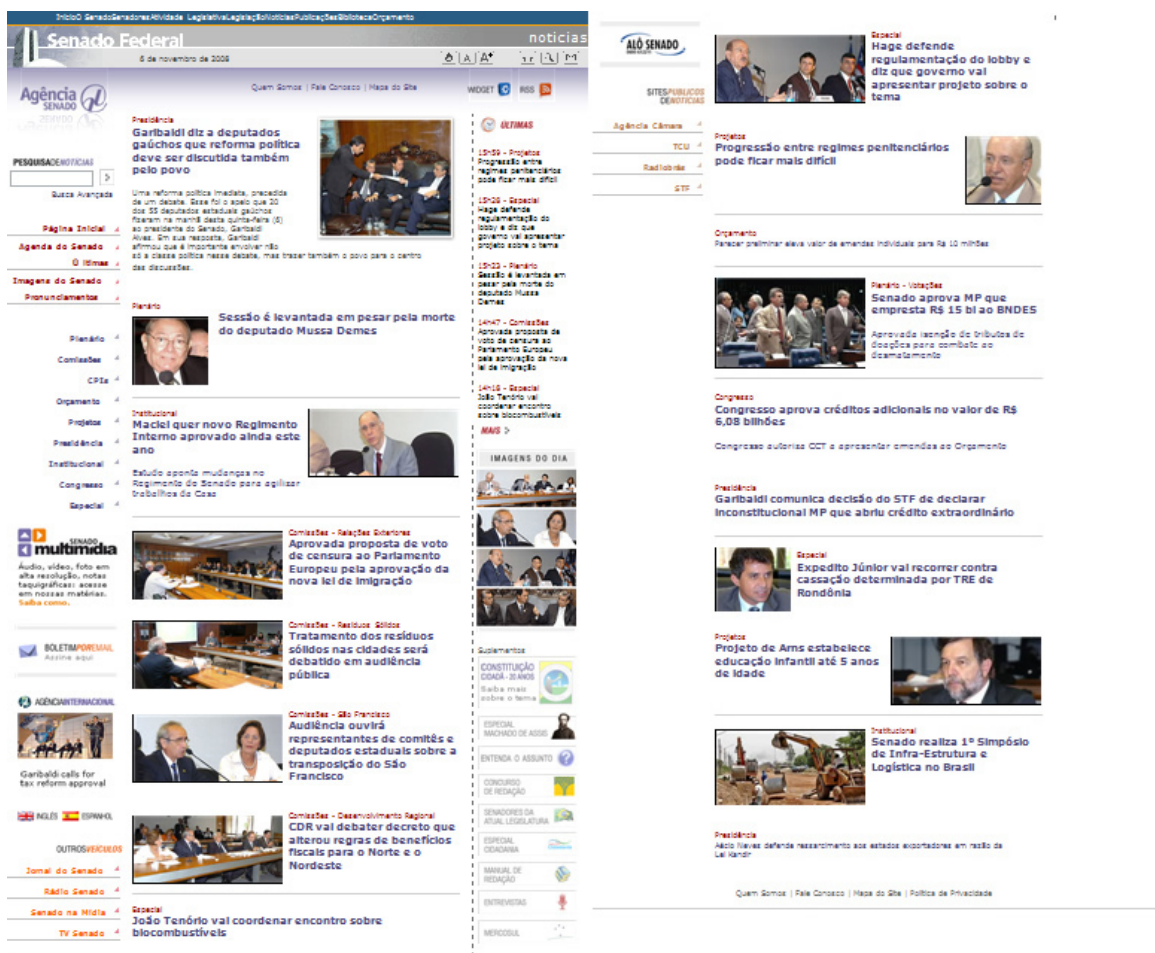


Figura 2 – Imagem da página inicial da Agência Senado na Internet, no dia 7 de novembro de 2008.

Após discursar em plenário, é possível ao senador acessar dali mesmo, por meio dos computadores ligados a cada mesa, a notícia da Agência sobre o tema que acabou de comentar. Em um primeiro momento, o repórter produz uma nota curta; só depois é disponibilizada uma matéria completa, contextualizada, com um texto maior, inclusive com recursos de multimídia onde se pode ler o texto integral do discurso, ver a foto, ouvir o áudio e assistir ao vídeo.

O espaço da Agência Senado na página eletrônica do Senado Federal, acessível pelo endereço ([www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)), lidera o número de acessos ao site e responde a uma média de 52% do total de hits<sup>3</sup> realizados pelos internautas no site da Agência. Em 2007, a Agência Senado veiculou cerca de 9.950 matérias completas e 6.866 notas curtas em tempo

<sup>3</sup> Hit é uma espécie de contador estatístico de todos os sites da internet que acrescenta +1 cada vez que um arquivo é chamado pelo site ([www.wikipédia.com.br](http://www.wikipédia.com.br)).

real. Foram produzidas 202.544 fotografias digitais, sendo que 23.301 foram publicadas e 58.535, arquivadas. Há mais de oito mil endereços eletrônicos cadastrados na Agência para recebimento do material jornalístico diariamente produzido por esta. (FREITAS, 2007: 59-60)

Valéria Ribeiro Almeida cita que a Agência Senado tem 85 funcionários, sendo cinco estagiários de jornalismo.

Entre os 80 funcionários, 31 são terceirizados e 49 pertencem ao quadro efetivo do Senado, dos quais 36 são jornalistas formados, aprovados em concursos públicos e integrantes da carreira de comunicação social do Senado, estando 11 distribuídos em funções de direção, chefia, edição e revisão, e os demais (24) diretamente envolvidos na elaboração de reportagens. No setor de fotografia estão 18 funcionários, sendo oito repórteres fotográficos e os demais, técnicos em tratamento de imagem, legendagem e demais processos de implantação de fotos na página. Outros 11 empregados lidam com tarefas ligadas a Web e aos processos tecnológicos visando à inserção de matérias e recursos multimídia na Internet. Quinze funcionários trabalham espalhados nos setores de tradução, apoio, produção e administração. Todas as atividades da Agência contam com trabalhadores terceirizados, com exceção do jornalismo. (ALMEIDA, 2007: 164)

Vale destacar neste trabalho que há, no Manual de Redação da Agência e do Jornal do Senado, a previsão da linha editorial dos veículos e os preceitos éticos que devem orientar a elaboração do noticiário. São elas:

1. As matérias devem ser elaboradas com postura objetiva e jornalística;
2. Deve ser dada prioridade para cobertura das sessões plenárias, reuniões de comissões, do Conselho de Ética e da Presidência do Senado.
3. A linguagem utilizada nas matérias deve ser acessível à população, clara, didática, principalmente quanto se tratar de termos utilizados para descrever o processo legislativo “que o público não tem obrigação de conhecer”;
4. A informação é oficial, por isso o repórter deve ser ciente de que uma imprecisão em matéria da Agência tem maior consequência do que se praticada pelos veículos privados;
5. Os textos devem ser fiéis aos fatos e descritos sem qualquer adjetivação ou juízo de valor em relação ao evento reportado;
6. As atividades e o noticiário produzido pela Agência devem ter caráter apartidário e imparcial, e as posições políticas dos jornalistas não podem influenciar a apuração ou redação dos textos;
7. O jornalista não deve manter relação de proximidade com o senador para fins particulares, tal se configurando atitude incompatível com o decoro funcional;
8. As notícias redigidas não podem privilegiar partidos políticos, estados ou determinados senadores. Ao contrário, todos devem receber tratamento equânime por parte dos veículos da SECS;

9. A divulgação das notícias e os destaques devem seguir padrões puramente jornalísticos, com maior relevo para as decisões de Plenário e Comissões que afetem um maior número de pessoas;

10. A reportagem de eventos político-partidários ocorridos no Plenário ou fora dele não poderão ser cobertos;

11. A cobertura jornalística será a mais completa possível, não se permitindo a omissão de informações sobre fatos ocorridos durante as sessões no Plenário e as reuniões de comissões, a menos que estes sejam secretos;

Entrevistas com repórteres da Agência Senado, ao final deste trabalho, mostrarão que essas diretrizes, em geral, são cumpridas.

## **1.2 A história da imprensa em Rondônia**

Não há estudos acadêmicos que detalhem a mídia de Rondônia e a história da imprensa local. Consulta desta pesquisadora junto às universidades e faculdades com curso de Jornalismo indica que muito pouco foi escrito sobre o assunto.

O professor da Faculdade Interamericana de Porto Velho Júlio (Uniron) Sérgio Aires de Almeida<sup>4</sup> é um estudioso do assunto. Em entrevista por e-mail e por telefone, Almeida cita que o primeiro jornal a circular na região foi o Humaitaense. O periódico era editado no município de Humaitá (AM) em 1891. Porto Velho pertencia a esse município. Em 1909, circulava o jornal The Porto Velho Times, publicado em inglês, língua falada pela maioria dos trabalhadores com qualificação técnica que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Nesse período, também circularam os jornais Porto Velho Courier e Marconigran. Todos editados em inglês.

Pesquisa do professor Almeida indica que os primeiros jornais escritos em português foram o Bilontra (1912) e o Extremo Norte (1913). O primeiro era colado em muros e tapumes. Um ano após a criação do município de Porto Velho (1914), circulou o jornal O Município. Dois anos depois, este veículo deixou de circular. Em 1916, surge o semanário o PUN – órgão de propaganda da Casa Irmãos Rosas.

Em 1917, segundo Almeida, circula a primeira edição do jornal Alto Madeira, fundado pelo médico e político Joaquim Antônio Tanajura. Esse veículo tinha como principal

---

<sup>4</sup> Júlio Sérgio Aires de Almeida é jornalista e professor dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Interamericana de Porto Velho – Uniron.

finalidade a divulgação de propaganda de apoio ao comércio local. Desde a primeira edição já publicava anúncios publicitários com mensagens sobre chegadas e partidas de barcos com cargas, chegadas de novas mercadorias, eventos etc. Escreve o professor:

O Alto Madeira surgiu no formato tablóide e durante 30 anos manteve este padrão. Em 14 de fevereiro de 1918, o jornal publica um poema intitulado Ausência, assinado Marion, que se torna a primeira mulher a escrever na imprensa rondoniense. Em 1936 o Alto Madeira é vendido ao empresário Assis Chateaubriand, passando a fazer parte da cadeia de jornais Diários Associados. Maria Isa Machado de Lima foi a primeira mulher a assinar uma coluna no jornal (a primeira do estado). O Alto Madeira enfrenta, atualmente, sérias dificuldades financeiras. Em consequência o jornal sofreu uma redução significativa do número de páginas, de jornalistas na redação e restringiu a sua circulação à cidade de Porto Velho.

Júlio Sérgio Aires de Almeida cita que, no período de 1921 a 1922 circularam vários jornais naquela região, entre eles: A Gazeta; A Verdade (espírita); O Cometa (humorístico). Segundo o professor, com a criação do Território Federal do Guaporé (1943) o mercado inicia uma nova fase. Em 1945 entra no ar, em Porto Velho, a Rádio Difusora do Guaporé, a primeira emissora de Rondônia. “Fundada por Aloísio Ferreira (o principal acionista) a emissora tinha como objetivo principal dar respaldo a um grupo político na época”, escreve.

O professor afirma que entre 1946 e 1947 entram no mercado os jornais Mensário Oeste e o Diário Oficial do Território, com o nome de O Guaporé, que funciona até 1948. Durante a década de 50 circularam os jornais O Normalista, O Imparcial e o Guaporé. Em 1956 é criado o Território Federal de Rondônia. Na década seguinte, o mercado editorial ganha o jornal semanal O Combatente.

Um ano depois entra no ar, em Porto Velho, a Sociedade de Cultura Rádio Caiari AM, emissora de propriedade da Igreja Católica. O primeiro programa a ser transmitido foi a Novena de Natal, realizada na Catedral Fronteiriça de Porto Velho. A Rádio Caiari continua no ar até hoje, sendo a emissora AM, de acordo com pesquisas de mercado, de maior audiência do município. Diariamente, leva ao ar uma programação voltada para o jornalismo, entretenimento e pregação dos princípios católicos. No mesmo período (1964) começa a funcionar a Rádio Educadora de Guajará-Mirim (fundada pelo bispo católico Dom Xavier Rey).

Estudo do professor Almeida indica as principais transformações na mídia de Rondônia, por período:

## **DÉCADA DE 70**

Na década de 70, diversos veículos de comunicação iniciaram suas atividades no mercado rondoniense de comunicação. Em 1973, é lançado o jornal O Estado de Rondônia. No mesmo ano, circula o jornal A Palavra, o primeiro jornal do distrito de Vila de Rondônia (hoje, município de Ji-Paraná).

Nesse período, é fundada a TV Educativa, sem concessão oficial do órgão responsável pelo setor de telecomunicações, no Brasil. Em 1974, a TV Rondônia começa a transmitir o seu sinal para os lares de Porto Velho. Atualmente, a emissora leva ao ar a programação da Rede Globo. Até 1978, a emissora não captava o sinal de transmissão direto. Os programas eram enviados em fitas vindas de Manaus (AM), para serem exibidos dias depois de ter ido para ar em outros estados. A TV Rondônia possui o maior índice de audiência no estado, segundo pesquisas.

A Rádio Parecís, primeira emissora FM do estado, começou as suas atividades em 1975. Um ano depois, é lançado o jornal A Tribuna, primeiro a circular em todos os municípios e vilas localizados ao longo da BR-364, a ser impresso em rotativa e a utilizar carro para servir às equipes de reportagens nas ruas.

Também na segunda metade da década de 70 passaram a fazer parte do mercado de comunicação regional, os seguintes veículos: o jornal A Palavra (Vila de Rondônia – atual município de Ji-Paraná); TV JI-PARANÁ (1976 – Rede Amazônica); Rádio Alvorada (Ji-Paraná – primeira emissora instalada em município ao longo da BR-364); Rádio Rondônia FM (1978 – segunda emissora FM de estado e primeira do Sistema Rondônia de Comunicação); Rádio Eldorado do Brasil (segunda rádio AM de Porto Velho – Grupo Mário Calixto de Comunicação).

## **DÉCADA DE 80**

Período de grande avanço na imprensa rondoniense. Nesse período destacamos: o lançamento do jornal O Parceleiro, em Ariquemes; a entrada no ar da Rádio Ji-Paraná (1983); o início das atividades da Rádio Progresso (emissora de propriedade do Governo do Estado); a instalação da Rádio Planalto AM (1989); a venda da Rádio Eldorado à igreja Assembléia de Deus, que passa a denominar-se Rádio Boas Novas; o início da circulação do jornal Tribuna Popular (o mais antigo em circulação do interior do Estado); a entrada no mercado do jornal Última Hora (o primeiro a ter uma redação totalmente informatizada); e a venda do jornal O Guaporé ao empresário Múcio Athayde.

Entra em funcionamento em 1986, a Rádio Educadora de Rolim de Moura, a primeira emissora do Grupo Rondovisão, conglomerado de comunicação com o maior número de veículos da história de Rondônia, até o momento. Chegou a possuir 11 emissoras de rádio e 5 canais de televisão. No final da década, o Grupo Rondovisão se dividiu entre os grupos: Rede Allamanda de Televisão, Rede Clube Cidade de Rádio e Sistema Meridional de Comunicação.

## **DÉCADA DE 90**

O surgimento de novos jornais diários em Porto Velho marcou a evolução do mercado de comunicação rondoniense. Houve também o lançamento do jornal Correio Popular (Ji-Paraná); o surgimento da TV Candelária de Porto Velho (1991); a chegada do jornal Diário da Amazônia (1993 – veículo que possui a segunda maior tiragem do estado); a inauguração da Rádio Itapirema (1994 - Ji-Paraná); a circulação da primeira edição do jornal Folha de Rondônia; o início das transmissões da TV Maira (primeira em sistema VHF); o início das atividades TV Candelária de Ji-Paraná (1995); a entrada em operação do canal da Rede Vida de Televisão, em Porto Velho e em outros municípios.

Nessa década o mercado de comunicação ganha a primeira rádio comunitária, Rádio Transamazônica FM (Porto Velho). Nesse período outras emissoras com este perfil começam a funcionar em vários municípios.

## **ANO 2000 ATÉ HOJE**

Surgem os primeiros sites de notícias (webjornalismo) em Rondônia e a criação dos primeiros cursos de comunicação (Jornalismo/Publicidade e Propaganda/Relações Públicas) na Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (Faro).

Há disponíveis na Internet 91 sites de notícias, com conteúdo produzido em Rondônia. Entre eles destacam-se: [www.rondoniagora.com](http://www.rondoniagora.com); [www.rondonoticias.com.br](http://www.rondonoticias.com.br); [www.tribunapopular.com.br](http://www.tribunapopular.com.br); [www.rondoniadinamica.com.br](http://www.rondoniadinamica.com.br); [www.onortao.com.br](http://www.onortao.com.br); [www.nahoraonline.com.br](http://www.nahoraonline.com.br); [www.correiopopular.com.br](http://www.correiopopular.com.br); [www.ariquemes190.com.br](http://www.ariquemes190.com.br); [www.gazetaamazonia.com.br](http://www.gazetaamazonia.com.br); [www.gentedeopinião.com.br](http://www.gentedeopinião.com.br); [www.noticianahora.com.br](http://www.noticianahora.com.br); [www.oguaporé.com](http://www.oguaporé.com); [www.oobservador.com.br](http://www.oobservador.com.br); [www.orondoniense.com.br](http://www.orondoniense.com.br); [www.paginapública.com.br](http://www.paginapública.com.br); [www.portalamazonia.com](http://www.portalamazonia.com); [www.portalouropreto.com.br](http://www.portalouropreto.com.br); [www.rondoniagora.com](http://www.rondoniagora.com); [www.rondoniaaovivo.com](http://www.rondoniaaovivo.com); [www.tudorondonia.com.br](http://www.tudorondonia.com.br); [www.verdaderondonia.com.br](http://www.verdaderondonia.com.br)

Entram em atividade as seguintes rádios: Rádio 95,5 (2000); Rádio Vitória Régia FM (2003); jornal Diário do Povo (2006 - fora de circulação); Rede TV de Porto Velho (2007); Record News (2008); Shop Tur (2008).

Almeida cita que hoje circulam 68 jornais impressos (semanal/quinzenal/mensal) em Porto Velho e no interior do estado. Os jornais com maior tiragem estão na Capital. A Folha de Rondônia é a que mais circula no interior. Seu parque gráfico está localizado em Ji-Paraná, no centro do Estado, o que facilita a circulação no interior.

Dados do Sindicato dos Jornalistas de Rondônia indicam que existem cerca de 300 sites de notícias no Estado, número bem mais elevado, se for comparado com o estudo do professor Almeida. O presidente do Sindicato, Marcos Grutzmacher, diz que é praticamente impossível cadastrar ou relacionar todos eles. “A velocidade com que os veículos de comunicação no estado são criados e extintos é muito grande. Praticamente todos os dias isso acontece. Alguns só aparecem em época de eleição”, afirmou, em entrevista a esta pesquisadora, numa alusão à possível prática de achaque, tema de estudo do capítulo 2.

O Sindicato dos Jornalistas de Rondônia convive com a falta de qualificação profissional e de registro dos profissionais que atuam na área. Cerca de 80% deles não têm curso superior. Os cursos de jornalismo são recentes no Estado. Têm apenas seis anos. Até agora, há cinco turmas de jornalismo formadas em quatro faculdades de Comunicação Social nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena. A estimativa é que só haja 150 jornalistas formados nas faculdades de Rondônia. São elas: Uniron (Faculdade Interamericana de Porto Velho), FARO (Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia), UNIR (Universidade Federal de Rondônia) e Ulbra (Universidade Luterana do Brasil).

Parceria entre o Sindicato e a Uniron no início deste ano permite que 34 jornalistas que atuam na área sem curso superior façam o curso regular na universidade, com bolsas de 30% de desconto e mais 20% de crédito educativo. Grutzmacher conta que convocou os provisionados<sup>5</sup> para as aulas.

---

<sup>5</sup> O Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, permite que profissionais provisionados exerçam funções de repórteres, redatores, repórteres-fotográficos nos municípios onde não existe curso de jornalismo reconhecido na forma da lei e, comprovadamente, não haja jornalista domiciliado, associado do sindicato representativo da categoria profissional, disponível para contratação. Esse registro tem caráter temporário com duração máxima de três anos, renovável somente com a apresentação de toda a documentação exigida na legislação, entre elas, certificado de conclusão de 2º grau, prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal e declaração, fornecida pela empresa jornalística ou que a ela seja equiparada, na qual conste a função a ser exercida e o salário correspondente.

O presidente do Sindicato informa que só em julho deste ano denunciou 48 pessoas à Delegacia Regional do Trabalho em Rondônia por prática ilegal da profissão. São pseudo-jornalistas que não tinham nem mesmo registro precário no órgão.

Há casos supostamente ilegais até mesmo nas instituições públicas e no judiciário, segundo cita Grutzmacher. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia mantém na assessoria de imprensa do órgão um técnico judiciário ocupando o cargo de Assistente de Imprensa e Comunicação Social. O caso foi denunciado ao Ministério Público Federal. “Além de prática ilegal da profissão, também há o desvio de função”, comenta. A primeira turma de Comunicação Social de Rondônia foi formada pela Faro em 2005. Grande parte dos estudantes já atuava nas redações. De acordo com o site da faculdade

Dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Rondônia revelam que existem 400 jornalistas sindicalizados, sendo 360 sem graduação e apenas 40 graduados (Figura 3). Os Jornais diários de Porto Velho e as emissoras de TV servem como uma amostragem da realidade jornalística no estado. No Estadão do Norte existem vinte e um jornalistas sem graduação e apenas quatro formados; na Sucursal da Folha de Rondônia há três jornalistas e apenas um tem graduação; na Sucursal do Diário do Povo, são três jornalistas graduados; no diário da Amazônia existem sete graduados e cinco sem graduação. No Alto Madeira, são dois graduados que contam com a colaboração de profissionais freelancer, pois, o periódico mais antigo do Estado passa por uma crise financeira. Tanto a Folha de Rondônia como o Diário do Povo têm sua sede em Ji-Paraná, segunda cidade maior de Rondônia situada na parte central do Estado. A TV Rondônia, afiliada da Rede Globo, conta com sete jornalistas graduados e sete sem graduação; A Rede TV tem nos seus quadros seis graduados e cinco sem graduação. (<http://www.faro.edu.br/cursos/jornalismo.php>)

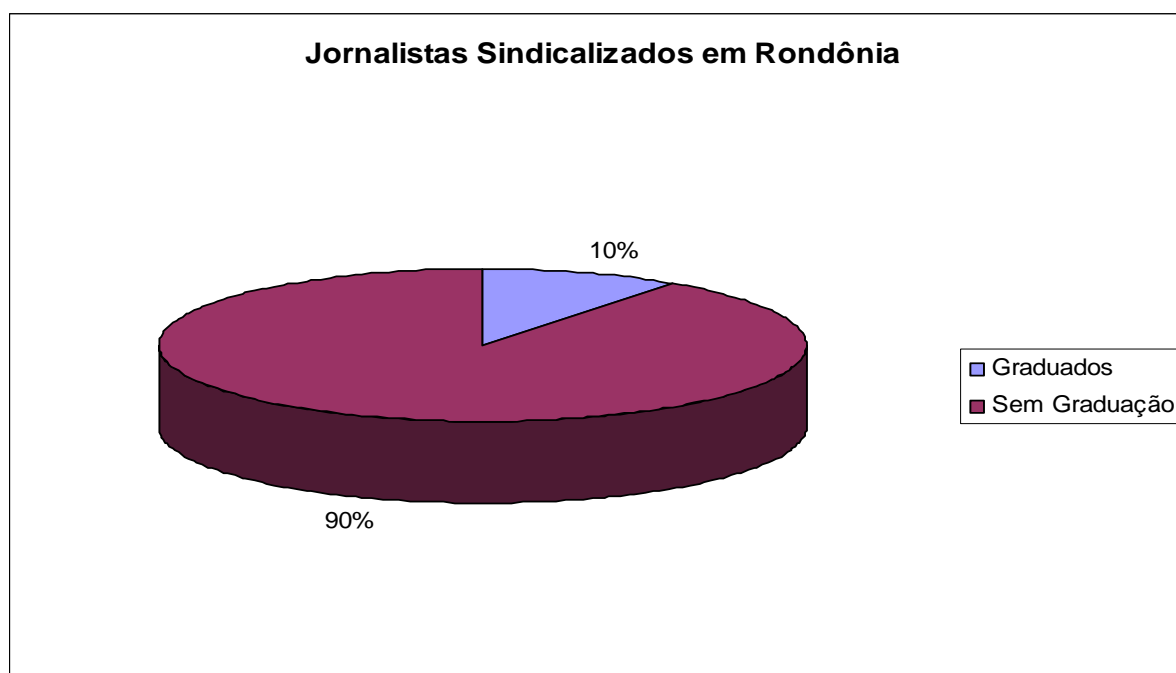


Figura 3: Dos 400 jornalistas sindicalizados no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia, apenas 40 tem curso superior.



Os jornalistas sem formação, que trabalham na mídia rondoniense, são acusados por profissionais com diploma de praticarem retaliações. A jornalista Cristina Barros, do site Rondoniagora, conta que os formados são vítimas de preconceito. “Eles nos disseram que estávamos perdendo nosso tempo pagando faculdade para ter diploma. Alguns disseram que eles (os sem-diploma) já atendiam as demandas do mercado”, afirmou Barros, em entrevista.

O próprio presidente do Sindicato dos Jornalistas foi alvo de ameaça em 2005 por desempenhar um atuante papel na defesa da obrigatoriedade do diploma de jornalista e por exigir registro profissional de pessoas que atuavam no mercado ilegalmente. Marcos Grützmacher, e seus familiares, foram ameaçados de morte por meio de ligações telefônicas anônimas.

Um professor, que pediu para não ter o nome revelado por temer retaliações, confessa ficar perplexo com a falta de profissionalização na área. “Essas pessoas que se dizem jornalistas e atuam na mídia não respeitam as normas da profissão, como ouvir o outro lado nas matérias, dar direito de resposta, e até desenvolver o *lead* (a primeira parte de uma notícia) como deve seguir o bom jornalismo”, afirma.

Este professor teme pelo futuro da profissão no Estado. Ele cita que jovens estudantes que fazem estágios em alguns sites “desaprendem” a atividade jornalística. “Ao mesmo tempo em que eles estão na faculdade para conhecer o Jornalismo, eles vêm práticas completamente opostas onde trabalham”, conta.

O desrespeito ao direito autoral e as alterações em títulos de matérias da Agência Senado também ocorrem nos órgãos de imprensa do Estado. Um site de notícias<sup>6</sup> publicou texto da Agência Senado, trocou o título e, ao final, deixou a assinatura da jornalista da Agência Senado. A Agência orienta aos jornalistas que, em caso de alteração no conteúdo das matérias, a assinatura destas deve ser alterada. Refiro-me à matéria “*Cassado por compra de votos, senador quer endurecer penas contra sites*”, publicada em um site no dia 24/01/2008.

Tanto o título como grande parte do corpo da notícia não correspondiam ao originalmente publicado pela Agência Senado. O título da matéria da repórter Sílvia Gomide era “*Crime contra a honra poderá ter pena maior se praticado na Internet*”. As informações obtidas por esta pesquisadora apontam que o responsável pelo órgão corrigiu a notícia. O diretor-adjunto da Agência, Rafael Faria, enviou um e-mail para o site alertando para a

---

<sup>6</sup> A indefinição do sujeito deve-se ao fato de que este trabalho não tem a intenção de denunciar jornalistas que tenham cometido atos contra a lei ou praticado falhas graves que possam gerar constrangimento aos autores.

necessidade de se fazer a devida correção. O site atendeu ao pedido e tem procurado ser fiel aos textos da Agência Senado.

Casos como esse podem ilustrar a discussão que aqui se quer levantar sobre a existência ou não de isenção no jornalismo. Para vários estudiosos da comunicação, é inquestionável que o órgão de imprensa pode manipular dados e depoimentos de maneira que adquira um sentido que não corresponda à realidade.

Sobre esse assunto, Pierre Bourdieu, em *Sobre a Televisão*, cita o também escritor francês Patrick Champagne, quando este discorre em um capítulo, em *La Misère Du Monde*, sobre a representação que a mídia dá aos fenômenos ditos de subúrbio.

Champagne mostra como os jornalistas,

levados a uma só vez pelas propensões inerentes à sua profissão, à sua visão do mundo, à sua formação, às suas disposições, mas também pela lógica da profissão, selecionam nessa realidade particular que é a vida dos subúrbios um aspecto inteiramente particular, em função de categorias de percepção que lhe são próprias. (...) Os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. (CHAMPAGNE apud BOURDIEU, 1997: 25)

### **1.3 A Internet, o jornalismo e a exclusão digital**

O computador, o celular e a internet modificaram a sociedade que se formou a partir do século XX. Seja por meio da facilidade nas comunicações entre países, como pela mobilidade com que as informações são geradas, é inegável a revolução social que esses novos meios provocaram.

Quando Marshall McLuhan preconizou a tese da “Aldeia Global” e escreveu “*Os meios de comunicação como extensões do homem*” (1999), a sociedade não tinha noção de como as tecnologias serviriam para modificar e moldar os comportamentos humanos. O autor vislumbrou como os meios afetam a vida física e mental do homem. E ainda que muitas de suas declarações sejam encaradas como excêntricas, McLuhan abriu brechas para novos estudos no campo da comunicação, não menos polêmicas.

Hoje não causaria estranhamento a afirmação de que o homem não vive mais sem a tecnologia. É inimaginável um jornalista acostumado a fazer pesquisas nos sites de busca para elaborar uma matéria deixar de lado a internet e procurar informações nos arquivos de jornais. A rapidez com que a notícia é transmitida exige muito mais agilidade dos redatores. A rede mundial de computadores é um dos eventos mais importantes do século passado. Seu

funcionamento interliga pessoas em quase todo o mundo ao mesmo tempo através das redes de computadores.

A Internet, ou a rede mundial de computadores (World Wide Web), foi criada pelos Estados Unidos e por alguns países da Europa no século XX. Inicialmente acessada apenas por máquinas pesadas e que só funcionavam com um aparato de fios e cabos, hoje pode ser realizada por meio de celulares e notebooks que funcionam por pilhas e baterias.

Protocolos de redes de dados estabelecem as conexões e seus controles para que seja possível a comunicação. O mais conhecido é o TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol).

Segundo Valéria Ribeiro Almeida,

a Internet não surgiu unicamente de necessidades militares da nação norte-americana preocupada com a segurança de informações frente aos russos. Pelos relatos e registros anotados, uma dinâmica rede de cientistas, tecnólogos de informática e empreendedores participou desde o princípio (final da década de 60) do desenvolvimento dessa tecnologia. A participação de vários agentes na criação da Internet é o principal argumento dos estudiosos que defendem a aplicação de uma abordagem contemporânea construtivista para a compreensão do surgimento dessa tecnologia. Por essa linha de raciocínio, o nascedouro da Internet deve ser compreendido como um processo em que toda produção tecno-científica e sua posterior utilização decorrem da interação entre os pólos de conhecimento e o tecido social. (ALMEIDA, 2007: 184)

Almeida cita Manuel Castells ao falar sobre a importância do uso da tecnologia pela sociedade. Castells diz que todo invento revela “um estágio de conhecimento” de uma sociedade específica, uma vontade de adotar certa tecnologia, podendo até mesmo significar o prenúncio da formação de novos elos sociais. (CASTELLS, 2005: 73)

O autor esclarece que a tecnologia computacional que subsidiou a criação da Internet, e que começou a ser gerada na década de 50, no Vale do Silício, na Califórnia, foi influenciada por vários fatores institucionais, “mas não se originou de qualquer necessidade pré-estabelecida”, tendo sido “mais o resultado de indução tecnológica que de determinação social”. (CASTELLS, 2005: 98)

O autor, que integra o rol da linha construtivista – e questiona o quanto a máquina determina a sociedade – defende a tese de que a própria sociedade determina o invento que será incorporado ao seu dia-a-dia. Outra linha teórica para se entender a adoção da Internet pela sociedade moderna é a denominada determinismo tecnológico, defendida por Harold Innis e Marshall McLuhan, a qual se acredita que as pessoas acabam sucumbindo à tecnologia, e que ela pode determinar sim uma sociedade.

O meio é a mensagem. Isto apenas significa que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o

resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos. (MCLUHAN, 1972: 21)

Almeida cita que os defensores da nova mídia, como Manuel Castells e Pierre Lèvy, argumentam que a Rede reúne qualidades suficientes para promover a democratização do acesso à informação.

A Internet seria um instrumento de esperança, se assim pudéssemos resumir o pensamento desse grupo, e o melhor espécime dentre as novas tecnologias comunicacionais com condições para permitir a mudança do quadro de concentração do poder dos meios de comunicação. Tal se daria, argumentam esses escritores, pelo fato de a Internet conjugar, entre as características e possibilidades já citadas anteriormente, a pluralidade das fontes de informação; a redução progressiva do preço da tecnologia, com o barateamento do computador e do acesso à Rede; maior interação entre o leitor e o produtor do material informativo e potencial para açambarcar a convergência das várias mídias em apenas um equipamento. (ALMEIDA, 2007: 198)

A autora cita ainda que existe uma infinidade de autores e hipóteses por eles advogadas a favor ou contra a Internet e o seu crescimento.

A verdade, porém, é que os dois grupos tecem seus principais argumentos com base na crítica aos postulados do grupo “opositor” e não conseguem hoje, em função da precocidade das análises e de seu objeto, consolidar um pensamento sobre o que é e o que representa esse novo meio de comunicação. (ALMEIDA, 2007: 198)

A estimativa é que um quarto da população do mundo – hoje estimada em seis bilhões de pessoas – será usuária da Internet até o final da primeira década do século XXI (2010). O número de pessoas que acessam a rede mundial de computadores cresce a cada ano.

O Brasil ocupa o 6º lugar no ranking mundial dos países que mais acessam a internet (40 milhões de pessoas), e é o 1º da América Latina. Dados de 2007 mostraram que, pela primeira vez, mais da metade da população já teve acesso ao computador. Os dados mais recentes da Pesquisa TIC Domicílios 2007<sup>7</sup>, publicada no site do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), mostram significativos avanços no acesso ao computador e à Internet no Brasil, diminuindo a exclusão digital.

Segundo Rogério Santana Santos, que integra o Comitê, hoje, mais de 50% dos domicílios com acesso à Internet possuem banda larga<sup>8</sup>, um aumento de 10 pontos percentuais em relação ao ano anterior, que foi de 49%. Um percentual de 42% deles, no

---

<sup>7</sup> Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC DOMICÍLIOS e TIC EMPRESAS 2007. Coordenação executiva e editorial: Mariana Balboni – São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2008.

<sup>8</sup> Banda Larga é um termo que é usado para descrever serviços de acesso à Internet de alta velocidade com a capacidade de controlar grandes volumes de informação e, além de acesso à rede, pode ser usada para opções avançadas como vídeo-conferência, música ao vivo/concertos, voz sobre IP, VPNs e aplicações semelhantes (<http://www.bandalarga.net/bandalarga.html>).

entanto, ainda se conectam à rede principalmente por modem via acesso discado e a pesquisa permite verificar que quanto mais baixa a renda, maior o uso deste tipo de tecnologia.

A participação dos internautas brasileiros também cresceu, em torno de seis pontos percentuais em relação a 2006, chegando a 34% em 2007. A pesquisa mostra que 53% dos entrevistados informaram já ter usado um computador. Houve um crescimento de quatro pontos percentuais nas compras domiciliares de computadores, que em 2007 estavam presentes em 24% das residências brasileiras.

A proporção de domicílios com computador cresceu em todas as regiões de 2006 para 2007. Este aumento é maior nas regiões Centro-Oeste, de 19% em 2006 para 26% em 2007 (Fig. 4), Sul, de 25% para 31% (Fig.5) e Sudeste, de 24% para 30% (Fig.6). A proporção de domicílios com computador é menor nas regiões Norte, 13% (Fig.7) e Nordeste, 11% (Fig.8), e o crescimento do indicador nestas regiões também foi menor, ficando em 3 e 2 pontos percentuais, respectivamente.

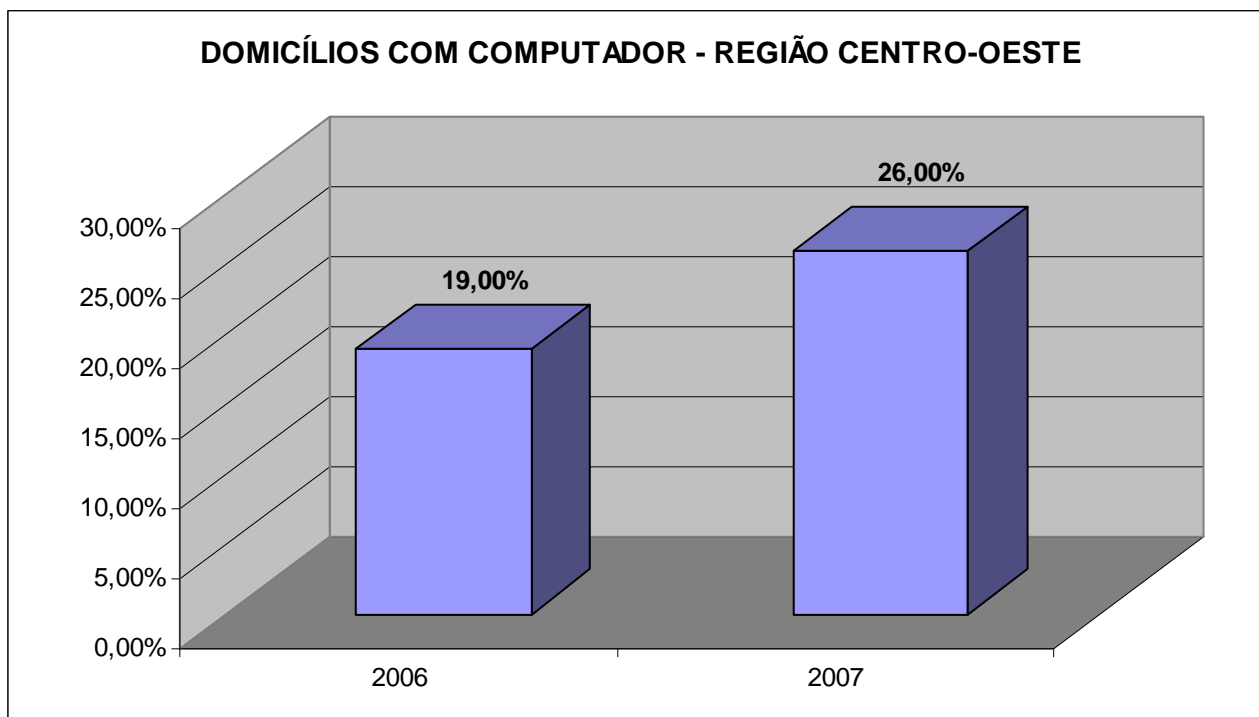


Figura 4: A proporção de domicílios com computador cresceu de 19% em 2006 para 26% em 2007.

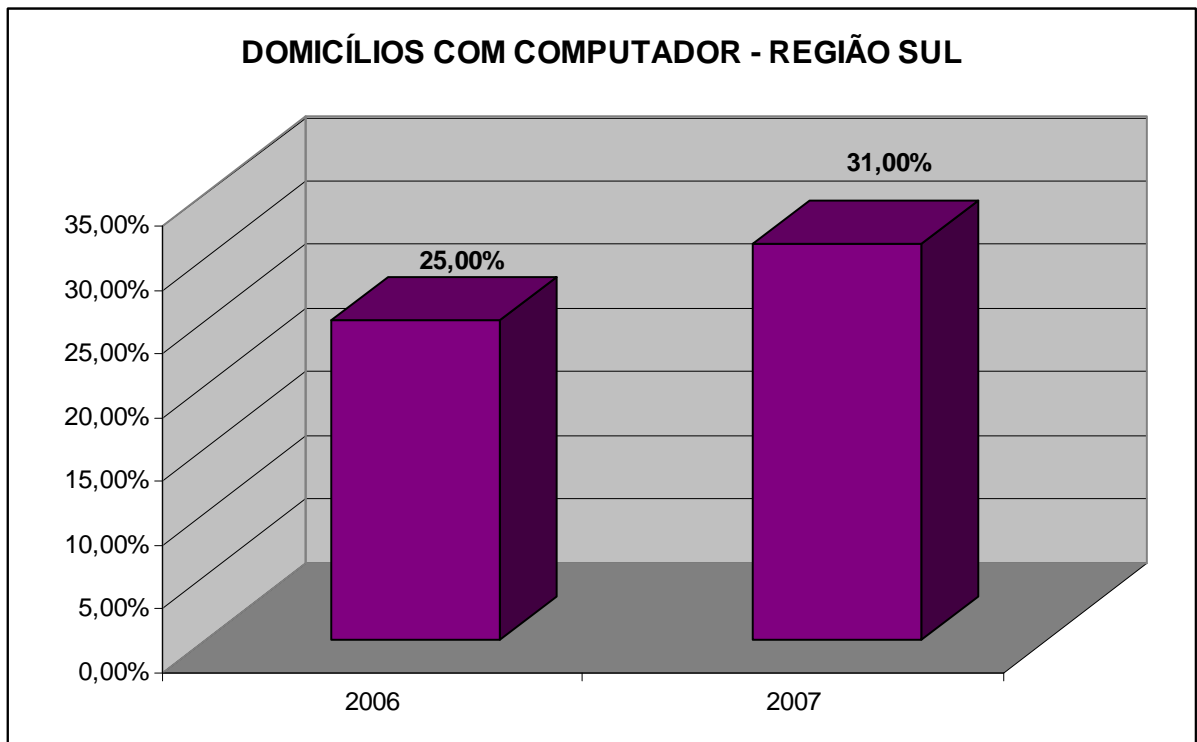


Figura 5: A proporção de domicílios com computador cresceu de 25% em 2006 para 31% em 2007.

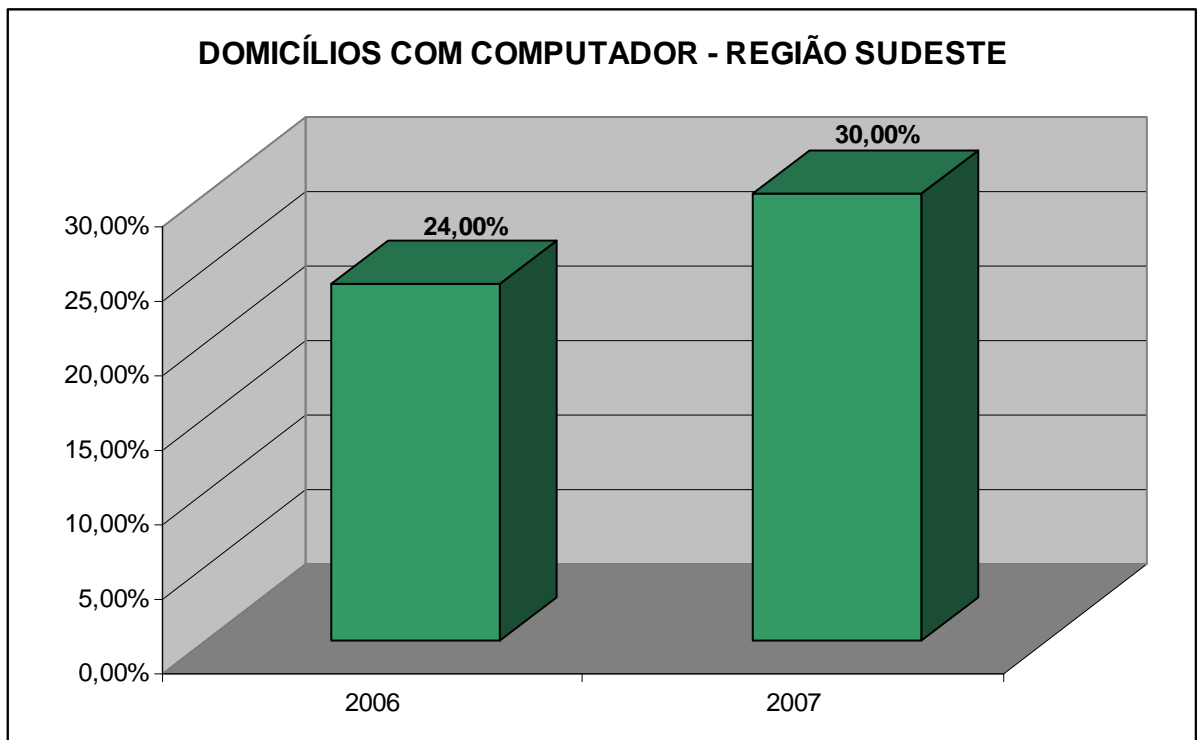


Figura 6: A proporção de domicílios com computador cresceu de 24% em 2006 para 30% em 2007.

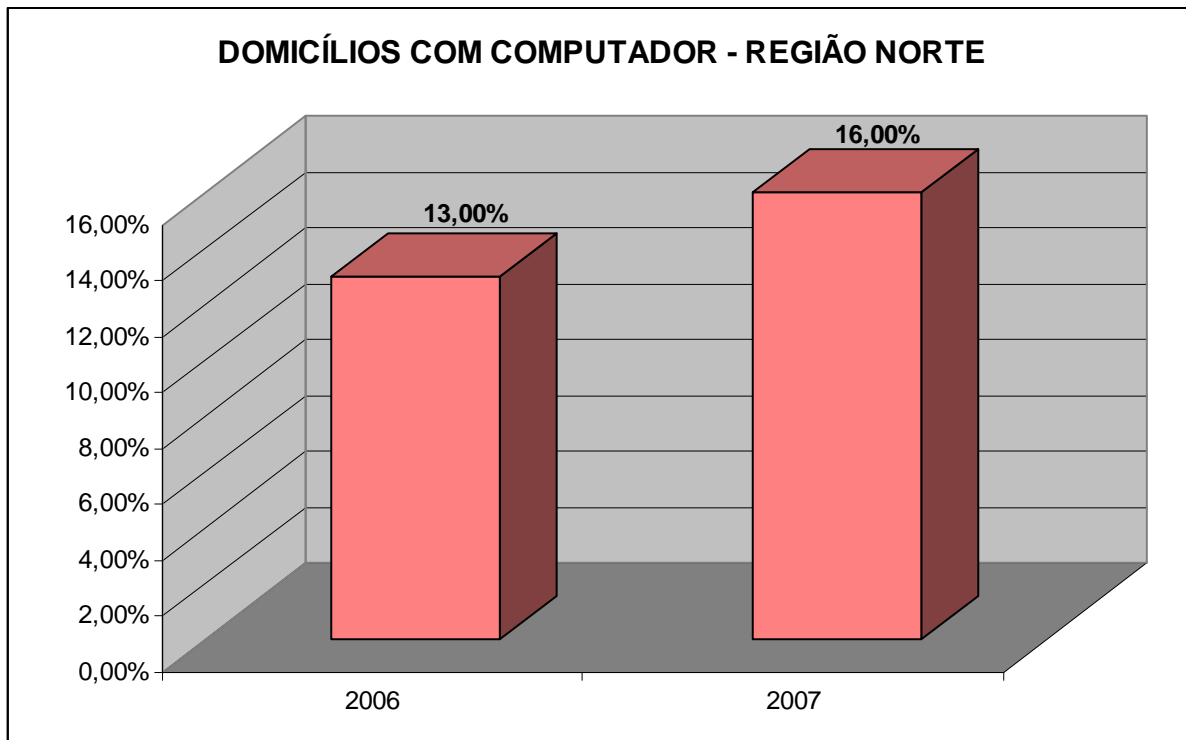


Figura 7: A proporção de domicílios com computador cresceu de 13% em 2006 para 16% em 2007.

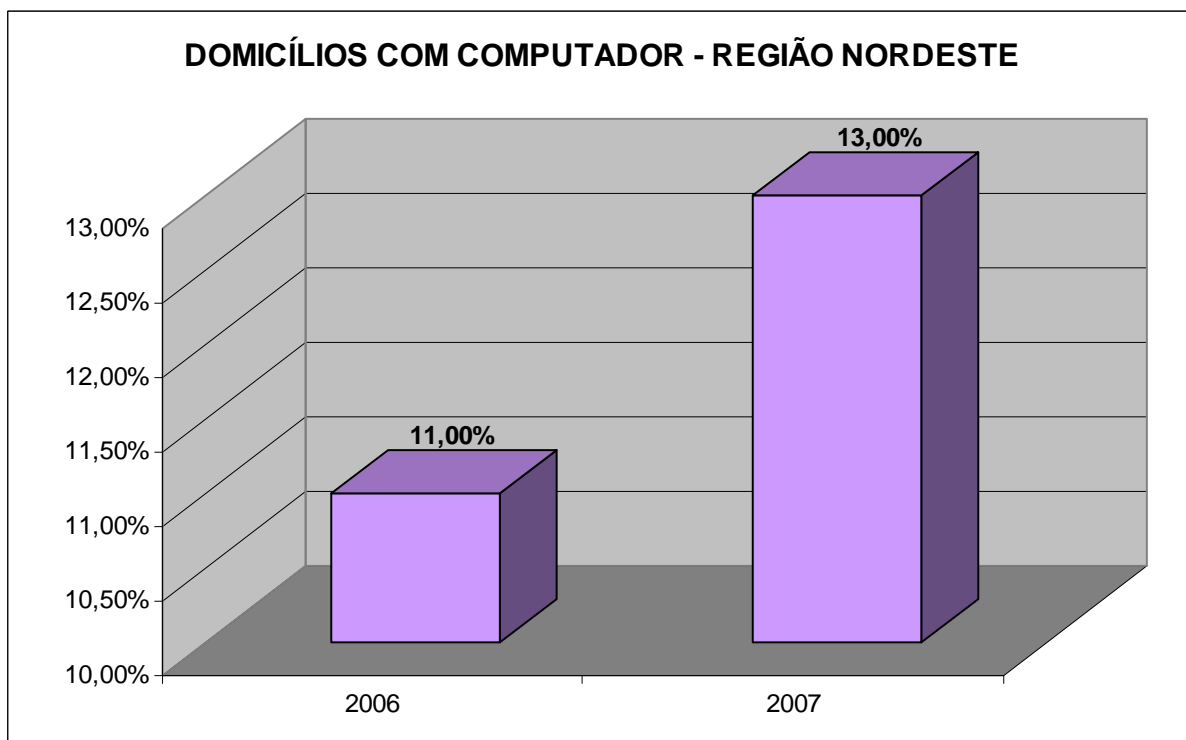


Figura 8: A proporção de domicílios com computador cresceu 11% em 2006 para 13% em 2007.

Considerando que metade da população integra a classe C<sup>9</sup>, os números mostram que a exclusão digital vem diminuindo, mas ainda há um grande contingente da população brasileira que ainda não dispõe de infra-estrutura de conexão à rede. Chama a atenção na pesquisa TIC Domicílios 2007 o expressivo crescimento no uso de centros públicos de acesso pago em todas as regiões do país, chamados de *lan-houses*, subindo de 30% em 2006 para 49% no ano seguinte.

A Região Norte, onde fica Rondônia, foco deste estudo, apresentou o maior crescimento no uso da internet em locais públicos de acesso pago, 22 pontos percentuais em comparação com o ano anterior. Das pessoas que usaram a Internet nas Regiões Norte e Nordeste no último ano, 68% e 67%, respectivamente, acessaram a rede em *lan-houses*.

No dia 9 de setembro de 2008, a Embratel anunciou que vai fornecer acesso à Internet banda larga, sem fio, a 102 pontos de 26 municípios do Estado de Rondônia. Matéria no site da empresa diz que o consórcio liderado por ela venceu licitação do Gesac - programa de inclusão digital do Governo Federal - que contempla prioritariamente regiões em que as redes de telecomunicações não oferecem acesso local. “Em todo o Brasil, serão 12 mil pontos de acesso à Internet banda larga em 4.214 cidades. Desse total, 2.474 pontos estão localizados no Norte do País, totalizando 391 municípios na Região”, diz trecho da matéria.

Com transmissão via satélite, a Embratel conseguirá chegar às localidades mais distantes do País, como aldeias indígenas nos estados de Roraima, Rondônia, Pará, Acre e Amazonas, arquipélago de São Pedro e São Paulo – o ponto mais distante do território nacional, localizado a mil quilômetros da cidade de Natal – além da base do Brasil na Antártida. Do total de 12 mil pontos, aproximadamente dois terços são escolas da rede pública e, um terço, Telecentros. (PLANIN, 2008)

A idéia da empresa é que os pontos de internet sejam disponibilizados em locais abertos ao público, com computadores, impressora e acesso gratuitos. O Ministério das Comunicações criará uma equipe de fiscalização para acompanhamento da qualidade da prestação do serviço, segundo site oficial do órgão.

É a tentativa “oficial” de se promover a “exclusão digital”, parente próximo da “exclusão social”, como bem comparou Valéria Almeida, e ilustra a população que está excluída de algo na sociedade, seja pela impossibilidade de acesso por falta de conhecimento, seja pela falta de dinheiro para a compra de um computador ligado à rede mundial de computadores.

---

<sup>9</sup> Classe C para este trabalho é o mesmo padrão adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de classificação econômico-social da população brasileira.



Valéria Almeida (2007, 194) cita que “o termo também foi cunhado no sentido de mostrar o resgate das discussões típicas da teoria de comunicação que avalia as possibilidades que um meio possui ou emprega para promover o acesso da população à informação pública”.

E esse é um dos maiores desafios para a Internet, principalmente para países com alto índice de pessoas com baixo poder aquisitivo, como o Brasil. Ainda que os índices demonstrem que a tendência é de aumento do número de usuário no Brasil, a atual crise financeira que se iniciou nos Estados Unidos e já atinge o resto do mundo poderá frear esse crescimento.

Almeida cita que há, no entanto,

alguns elementos de esperança para essa expansão como: a inclusão de pessoas de classes mais pobres financeira e culturalmente no mundo tecnológico, já que utilizam computadores em seus ambientes de trabalho; o crescimento da utilização entre minorias (pessoas com deficiência, homossexuais, negros) – o que pode reduzir as desigualdades sociais; a relativa autonomia das pessoas frente a sistemas tradicionalmente fechados e poderosos: como os bancos, os conglomerados de comunicação; o barateamento dos computadores pessoais, e a perspectiva mais concreta disso é que o governo federal já acertou a produção nacional para venda de computadores ao preço de US\$ 100 dólares, especialmente para as escolas; a proliferação de centros públicos e comunitários de conexão gratuita (bibliotecas, prefeituras, escolas, universidades, órgãos públicos); o barateamento ou gratuidade dos provedores de Internet; a difusão das linguagens de computadores e da língua inglesa – que tem maioria maciça na Rede – são algumas facilidades. (Almeida, 2007: 194-195)

O fato é que a tecnologia traz mudanças irreversíveis na vida moderna. A internet ou o computador conseguiu incorporar novas mídias e têm funções que trazem novos formatos de comunicação. Praticamente todas as profissões avançaram com a inovação tecnológica e com a internet. O jornalismo não só incrementou as atividades dos profissionais de imprensa como também criou novas oportunidades de trabalho.

O jornalismo digital, ou web-jornalismo, ganhou a instantaneidade das notícias. Almeida cita o escritor Dênis de Moraes (2003: 210-211), para quem o baixo custo e a rapidez da tecnologia digital favorecem a “difusão extensiva de informações e conhecimentos”. Ele também cita a vantagem que a divulgação eletrônica oferece, em alguns *sites* noticiosos específicos, da redução de filtros ideológicos e de controles geralmente presentes na mídia convencional. Algumas práticas e características do jornalismo digital têm se sedimentado a ponto de criar novas nomenclaturas: como tempo real, jornalismo on-line, web-jornalista, apenas para citar algumas. (ALMEIDA, 2007: 191)

Por outro lado, as novas práticas trazem alterações nas rotinas jornalísticas que podem ser questionadas. Para isto chama a atenção Sylvia Moretzsohn, em seu livro “*Jornalismo em Tempo Real – O fetiche da velocidade*”, onde retrata que a estrutura industrial das empresas

jornalísticas hoje em dia está montada para atender a lógica de que “chegar na frente” torna-se mais importante do que “dizer a verdade”. É o “fetiche da velocidade”, como cita a autora. De certa forma, essa afirmativa esbarra em uma contradição: a apuração rigorosa da notícia é pregada nos bancos escolares como um pré-requisito básico para a transmissão das informações. E, segundo a autora, “é tão antiga quando a própria constituição da imprensa como atividade industrial”. (MORETZSOHN, 2002: 120).

A rapidez na transmissão da notícia obriga *sites* noticiosos em tempo real a usar freqüentemente o termo “erramos”. É comum a Folha On Line, por exemplo, divulgar uma informação e, minutos depois, fazer uma errata. A questão é: o leitor está preocupado em receber a informação correta ou recebê-la de forma mais rápida?

A “briga” entre os *sites* noticiosos para conseguir o “furo” jornalístico termina por acirrar ainda mais a transmissão da notícia. É sabido que o internauta navega a internet em busca daquela informação que ele procura em tempo real. O corre-corre das redações impõe aos jornalistas uma rotina massacrante, sendo possível, algumas vezes, confundi-los com “operadores de telemarketing”, conforme cita a jornalista Mariana Mainenti Gomes<sup>10</sup> em entrevista à Sylvia Moretzshn. Eles usam telefones ao mesmo tempo em que não tiram os olhos da tela do computador em busca de alguma informação mais recente que a dele. (GOMES *apud* MORETZSOHN, 2002: 130)

Os erros nas matérias por causa da rapidez com que são apuradas é fator de constante estresse. Se por um lado os editores cobram apuração ágil da notícia, eles também querem que elas sejam o retrato mais fiel da informação. Os erros ocorrem em jornais e revistas, mas são mais comuns e mais fáceis de ocorrerem nos veículos on-line. Segundo Gomes, a pressão imediata sobre o repórter é maior nos veículos em tempo real do que nos impressos.

As novas tecnologias alteraram as rotinas de trabalho na redação. A reação negativa era previsível e compreensível: à parte as resistências ao computador, logo simplificadas pela associação a uma postura retrógrada de “rejeição ao novo”, os jornalistas temiam pelo seu emprego. (MORETZSOHN, 2002: 137)

Sylvia Moretzsohn, que estudou o tema exaustivamente, entende que o jornalismo em tempo real foi “imposto” na sociedade para satisfazer necessidades do capital financeiro e não reais desejos dos leitores, como tentam convencer os proprietários dos *sites* de notícias. Ela destaca as profundas mudanças que esse novo formato de comunicação impôs ao processo de produção de notícias, principalmente pela “radicalização da corrida contra o tempo” que já

---

<sup>10</sup> A jornalista Mariana Mainenti Gomes foi repórter do Investnews, da Gazeta Mercantil, e hoje é repórter do jornal Correio Braziliense.

caracterizava as rotinas dos repórteres, ou web-jornalistas, retirando desse profissional o papel de mediador das informações repassadas ao público. (2002: 168)

Nos jornais, as antigas máquinas elétricas não são mais vistas. A transição rápida para o computador – ainda era possível encontrar esses instrumentos há pouco mais de 10 anos em boa parte dos jornais – provocou ainda mais exigência dos chefes quando o assunto é “*dead line*”<sup>11</sup>. Como os PCs (*personal computers*) ajudaram a agilizar a forma com que o texto é escrito e pode ser editado na tela, os editores passaram a cobrar mais rapidez na elaboração do texto.

E muito do que se produz não é aproveitado nos jornais. Na internet, é possível ampliar uma cobertura por meio de *links*<sup>12</sup> nas matérias principais, caso o internauta decida por ter mais informações sobre determinados temas. Para o repórter, é extremamente frustrante “enxugar” a matéria para que ela possa caber em uma página porque o editor decidiu fazer uma diagramação mais elaborada, com recursos de arte e ilustração.

O que se vê hoje é a proliferação de *blogs*<sup>13</sup> de jornalistas que contam os bastidores das notícias. Na blogosfera, “o público é o editor”, como cita em seu livro “*Blog – Entenda a Revolução*” o autor americano Hugh Hewitt. É naquele espaço só dele que o jornalista tem mais liberdade para escrever o que quiser – claro que com o devido cuidado editorial caso ele faça parte de uma empresa tradicional de comunicação. (HEWITT, 2007: 140)

Hewitt cita que

a novidade da blogosfera é que não há barreiras à entrada em um mundo que oferece uma platéia quase ilimitada. Qualquer um pode inserir um post, e se merecer ser lido, será lido. Há um enorme número de pessoas buscando sabedoria e entretenimento. Seja seu produto análise econômica, promoção da Nascar, fofocas sexuais ou provocações políticas, a blogosfera dará a você a oportunidade de vender seu produto textual. (HEWITT, 2007: 137)

O *blog* permite que o jornalista dê opiniões sobre assuntos quando não teria o mesmo espaço no jornal tradicional por causa da linha editorial impregnada de interesses, sejam comerciais ou políticos. Mas até que ponto existe essa liberdade? Ou seria uma “pseudo-liberdade?”. Nesse caso, é preciso diferenciar os *blogs* dos jornalistas sem vínculo com a página do órgão que ele trabalha daqueles que postam suas notas no site da empresa.

O jornalista Ricardo Noblat, que iniciou na blogosfera com um espaço independente, se rendeu ao O Globo On Line. Polêmico e experiente, Noblat é um defensor da liberdade de expressão, mas, como deixa entendido nas regras de participação em seu *blog*, as mensagens e

---

<sup>11</sup> Dead line é o prazo final de entrega da reportagem.

<sup>12</sup> Link é um hipertexto que nos leva a textos, imagens e outros recursos na internet.

<sup>13</sup> Blog é um diário pessoal e público publicado na internet.

notas encaminhadas sofrerão uma censura prévia antes de serem publicadas. Afinal, ele é colunista do jornal O Globo e recebe pelos escritos. Até que ponto as notícias são confiáveis? O leitor sabe diferenciar essas duas fases na vida do jornalista? O alto número de acessos e comentários no Blog do Noblat mostra o sucesso de seus textos. Poucos, no entanto, são aqueles que se arriscam a reclamar ou observar que ele deixou de ter um blog “independente”, ou seja, vinculado a algum grupo de comunicação.

Mas não precisa ser jornalista para ser blogueiro ou blogueira. A cubana Yoani Sánchez, 32 anos, filóloga por formação e professora de espanhol para estrangeiros, foi incluída na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo da revista Time por causa do blog que escreve há um ano, o Generación Y, em que relata o cotidiano de Cuba. (VEJA, 2008, edição 2062)

Yoani disse ter começado a escrever por estar “farta de algumas coisas que afetam a vida da maioria dos cubanos e que não são contadas na televisão, nas rádios nem na imprensa oficial”. Em seu *blog*, ela expõe experiências pessoais no país, reclama da falta de limão no mercado e até o dia-a-dia do filho na escola. Faz tudo isso se aventurando em *cibers cafés*<sup>14</sup> espalhados em Havana. É que em Cuba só altos funcionários do governo ou estrangeiros podem ter uma conexão de internet em casa. Como as filas são grandes, não há como atualizá-lo diariamente, explica Yoani. A página tem em torno de quatro milhões de acessos por mês. Em todo o mundo, a estimativa é de que haja 70 milhões de *blogs* no mundo.

Hugh Hewitt cita que, no passado, os fornecedores de opinião e notícia sempre tiveram de convencer alguém a dar a permissão para tentar convencer alguém.

Os blogueiros são as mesmas pessoas que eram há alguns anos. Mas hoje eles não precisam convencer ninguém a ter o direito de convencer alguém. O monopólio da informação, especialmente no mundo da política, foi abalado porque os editores perderam a sua autoridade. (HEWITT, 2007: 140)

Boa parte dos acessos ao *blog* de Yoani é de jornalistas em busca de notícias diferenciadas sobre Cuba. Uma pesquisa da empresa de comunicação Textual afirma que 82% dos jornalistas utilizam *blogs* como fonte de pesquisa para suas matérias e reportagens.

A empresa entrevistou, por questionário, 100 profissionais da mídia, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília, durante o mês de maio de 2008. Os resultados foram apresentados no 11º Congresso Brasileiro de Comunicação Corporativa, em São Paulo. Segundo o estudo, apesar de consultarem *blogs*, a maioria dos

---

<sup>14</sup> Ciber Café é um local que, podendo funcionar também como bar ou lanchonete, oferece a seus clientes acesso à internet, mediante o pagamento de uma taxa, geralmente cobrada por hora.

jornalistas consultados não os possui. Cerca de 30% deles disseram não ter páginas pessoais na internet.

O uso dos blogs pela imprensa é um exemplo de como cresce o acesso a conteúdos participativos na internet, como comunidades no Orkut<sup>15</sup>, Youtube<sup>16</sup> e Wikipedia<sup>17</sup>. Por isso, as grandes empresas de jornalismo estão aderindo a essas novas ferramentas. É o caso do Correio Braziliense, que no dia 21 de abril de 2008 lançou um portal com *blogs* dos jornalistas de cada área de cobertura, podcasts<sup>18</sup>, vídeos e infográficos. O Correio foi um dos últimos jornais de âmbito nacional que reformulou seu *site*. O antigo *site* Correioweb tem poucos recursos de mídia. A interatividade com o internauta também é uma mudança que pode ser percebida.

Em Rondônia, boa parte dos sites de notícias e até mesmo *blogs* trazem acesso ou links para TV, como a AllTv da Amazônia e a TV Jornet, e emissoras de rádio. Hoje, os eleitores podem considerar que têm mais informações sobre os políticos que ajudaram a eleger do que há 10 anos. Os leitores têm outras alternativas do que apenas um canal de televisão para assistir, situação típica do final da década de 70 no país quando a oferta de emissoras de televisão espelhava a ocorrência de um quase monopólio, com a predominância nacional da audiência da Rede Globo de Televisão. Os *sites* e agências de notícias em tempo real proporcionam ao leitor uma escolha diferenciada, onde eles também podem interferir no que será postado.

#### **1.4 Para entender a política de Rondônia**

Rondônia é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situa-se na região Norte e tem como limites o Amazonas, Mato Grosso, Bolívia, e Acre. Ocupa uma área de 238.512 km<sup>2</sup>. Sua capital é Porto Velho. As cidades mais populosas são Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena. O Estado foi formado por terras anteriormente pertencentes ao Amazonas e Mato Grosso, originalmente criado como Território do Guaporé, em 1943. A intenção era apoiar a ocupação e o desenvolvimento da região.

---

<sup>15</sup> Orkut é a mais popular das chamadas redes sociais da internet.

<sup>16</sup> You Tube é um site na internet que permite que seus usuários carreguem, assistam e compartilhem vídeos em formato digital.

<sup>17</sup> Wikipédia é uma enciclopédia online livre, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns, onde qualquer um pode alterar o seu conteúdo.

<sup>18</sup> Podcasts são arquivos de disponibilizados em sites por meio de feeds RSS, que são arquivos que utilizam uma tecnologia/linguagem especial que eliminam a necessidade do usuário acessar o site para obter seu conteúdo. ([www.macmagazine.com.br/blog/o-que-sao-podcasts](http://www.macmagazine.com.br/blog/o-que-sao-podcasts))

Até a década de 60, a economia resumiu-se à extração de borracha e de castanha-do-pará. O crescimento acelerado só ocorreu, de fato, a partir das décadas de 60 e 70. A política de incentivos fiscais e os intensos investimentos do governo federal, como os projetos de colonização dirigida, estimularam a migração, em grande parte originária do Centro-Sul. Além disso, o acesso fácil à terra boa e barata atraiu grandes empresários interessados em investir na agropecuária e na indústria madeireira. Nessa época, a descoberta de ouro e cassiterita também contribuiu para o aumento populacional. Entre 1960 e 1980, o número de habitantes cresceu quase oito vezes, passando de 70 mil para 500 mil. (SAULE; CARDOSO, 2005: 15)

Os pesquisadores Saule e Cardoso (2005) explicam que a formação do Estado de Rondônia e de sua capital, Porto Velho, são exemplos de que o processo de povoamento e desenvolvimento da Amazônia foi motivado, inicialmente, pelo extrativismo em diferentes ciclos, que provocaram períodos de prosperidade e decadência econômica, com um movimento populacional oscilante.

Apenas a partir de 1960, a ocupação urbana das cidades da Amazônia intensificou-se, em decorrência de uma política de desenvolvimento da região amazônica, encabeçada pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). A lógica dos projetos e planos de desenvolvimento implantados pode ser resumida, de um lado pelos projetos de colonização regional e investimentos em infra-estrutura, que desencadearam um processo intenso de ocupação, e, de outro lado, por uma política de expansão das fronteiras agrícolas. (IDEM, 2005: 16)

Saule e Cardoso citam que esta política de destruição da floresta exterminou o extrativismo em várias regiões. Em Rondônia, desapareceram seringais e castanhais. Em Porto Velho, a administração do município não conseguiu acompanhar e gerenciar a ocupação do território, limitado a Oeste pelo Rio Madeira, e ao Norte e ao Sul por áreas de responsabilidade do Exército e Aeronáutica.

Isto resultou em uma infra-estrutura deficiente, incapaz de atender satisfatoriamente uma população de 335 mil habitantes (IBGE, 2000) espalhadas num território de quase 35 mil km<sup>2</sup>. (...) A intensa migração teve profundas conseqüências em Rondônia. O sonho de enriquecer no “Eldorado” amazônico não se realizara para o grande contingente de migrantes que se deslocou para a região; e as periferias das cidades expandiram-se por meio de ocupações e loteamentos irregulares. (IDEM, 2005: 17)

A denominação atual do Estado foi dada em 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao Marechal Rondon, desbravador dos sertões de Mato Grosso e da Amazônia. Em 22 de dezembro de 1981 é criado o Estado de Rondônia<sup>19</sup> por meio da Lei Complementar nº 41, a qual previu em seu artigo 15, I, a transferência a esse Estado dos bens imóveis até então

---

<sup>19</sup> A Constituição Federal de 1934 permitia que o Território com mais de 300 mil habitantes e recursos suficientes para a manutenção poderia ser transformado em Estado.

pertencentes ao Território de Rondônia. Em 04 de Janeiro de 1982, o Estado é instalado, tendo como seu primeiro governador o Cel. Jorge Teixeira<sup>20</sup>.

Rondônia tem 52 municípios, quase todos recentemente colonizados, com predominância em atividades primárias. Segundo informações do Governo de Rondônia, em seu site <http://www.rondonia.ro.gov.br> o Estado tem uma população de 1,3 milhões de habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 5,02 habitantes por Km<sup>2</sup>.

O governador atual de Rondônia é Ivo Narciso Cassol (sem partido), reeleito em outubro de 2006. Os senadores que representam o Estado são: Valdir Raupp (PMDB), Fátima Cleide (PT) e Expedito Júnior (PR).

A política eleitoral no Estado de Rondônia não é muito diferente dos demais estados da Federação, se forem comparados o comportamento do cidadão, do eleitor e dos partidos políticos. A professora Josélia Gomes Neves<sup>21</sup>, em seu estudo “Práticas político-partidárias em Rondônia: procurando um sentido nas peças do tabuleiro”, afirma que o processo eleitoral em Rondônia é construído por fatos que “apontam para uma complexa relação de forças entre os partidos, produzindo resultados discutíveis do ponto de vista da coletividade”.

Entre eles, a autora lista:

- A forma como o governador Jorge Teixeira foi posto no poder por ocasião da abertura política, no início dos anos 80, numa demonstração clara de arbitrariedade e de manipulação do poder, uma estratégia a serviço do militarismo.
- A vitória do PDS nas eleições de 1982 no Estado, em um contexto nacional que apostava na decadência do modelo militar em plena fase de “queda livre” e a vitória do PMDB, com atuação reconhecida desde a época do Território.
- A frágil concepção de partido que faz com que o eleitor, ao decidir por um candidato e não outro considere a figura pessoal deste e não as propostas do conjunto do partido.
- A discussão histórica sobre a representação política no Estado de Rondônia pode ser apresentada como reflexo da disputa entre idéias liberais, democráticas e participativas de um lado, e de outro, os pensamentos autoritários, elitistas e corporativos.

---

<sup>20</sup> O coronel Jorge Teixeira foi o último governador do antigo Território Federal de Rondônia, e o primeiro governador do novo Estado. Ele foi nomeado pelo então Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo, assumindo o cargo em 10 de abril de 1979. Sua principal tarefa era transformar o Território Federal de Rondônia em Estado.

<sup>21</sup> Josélia Gomes Neves é professora Assistente da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná – Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Rondônia, Brasil. Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

- A necessidade de eleger “um filho da terra” – termo utilizado no Governo Piana<sup>22</sup>-, isto é, alguém nascido no Estado de Rondônia, foi assimilado de certa forma pelos rondonienses, numa época em que o discurso produzido era de que, num estado de migrantes, e baseados em experiências pouco positivas dos dois governos anteriores, era necessário construir projetos políticos, cujos protagonistas fossem rondonienses natos – uma concepção ingênua, como se isso por si só significasse critério relevante.
- Os meios de comunicação transformam-se em excelentes cabos eleitorais. O programa da Rádio Nacional “Bom dia Amazônia” projetou Rita Furtado<sup>23</sup> no cenário nacional em 1982 como a 1ª mulher parlamentar por Rondônia na Câmara Federal, além de garantir a sua reeleição, em 1986, quando foi considerada a mais votada proporcionalmente no Brasil.
- A Política de Rondônia, no cenário nacional comumente é vista de forma extremamente depreciativa e violenta. Os deputados Nobel Moura<sup>24</sup> e Jabes Rabelo<sup>25</sup> e a deputada Raquel Cândido<sup>26</sup> – foram cassados por falta de decoro parlamentar na Câmara Federal.
- O assassinato de Olavo Pires<sup>27</sup> em plena sucessão governamental é outro dado que reflete e alimenta visões como estas. Entretanto, embora poucos, há registros de ações, como as do senador Amir Lando<sup>28</sup>, que se afirmou politicamente em função do seu desempenho como relator na CPI do Collor, embora não tenha alcançado o mesmo resultado com a CPI do Mensalão em 2005.
- O sindicalismo constitui-se num fator que influencia a queda de políticos tradicionais. Neste contexto, citamos o ex-senador Odacir Soares<sup>29</sup>, que sob a bandeira da defesa do funcionalismo público federal, exerceu um longo mandato parlamentar.

---

<sup>22</sup> Osvaldo Piana Filho governou o Estado de Rondônia de 15 de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995.

<sup>23</sup> Rita Furtado (PFL) exerceu o cargo de deputada federal por duas legislaturas: 1983-1987 e 1987-1991.

<sup>24</sup> Nobel de Moura (PSDB) foi cassado sob a acusação de comercializar filiações partidárias para que a legenda conseguisse lançar candidato próprio à Presidência.

<sup>25</sup> Jabes Rabelo (PL) foi cassado em 1991 por ter assinado uma carteira de assessor falsa para o irmão traficante, Abdiel Rabelo, condenado a 28 anos de prisão e apontado como um dos mais importantes homens do Cartel de Cáli (Colômbia) no Brasil.

<sup>26</sup> Raquel Cândido (PTB) foi acusada de se apropriar de US\$ 800 mil destinados a subvenções sociais e teve o mandato cassado em 1994. Raquel Cândido também é autora das primeiras denúncias envolvendo deputados de Rondônia com o narcotráfico. Suas acusações lhe valeram um soco no rosto em plenário, desferido por seu colega de estado Nobel de Moura.

<sup>27</sup> O senador Olavo Pires foi executado na noite de 16 de outubro de 1990. O crime ocorreu em frente à empresa dele, uma revendedora de máquinas pesadas, em Porto Velho. O político disputava o segundo turno das eleições para o governo de Rondônia e liderava as pesquisas de intenções de votos. Até hoje a polícia não descobriu a autoria do crime.

<sup>28</sup> Amir Lando foi senador de 1990 a 1994 e de 2000 a 2007.

<sup>29</sup> Odacir Soares foi senador de 1993 a 1991 e de 1991 a 1999.



- Outra faceta da Política Eleitoral verificada também em Rondônia é o estabelecimento de um termo que a autora chama de “hereditariedade eleitoral”, inaugurado por Emerson Pires, filho de Olavo Pires, isto é a política que passa de pai para filho, de um parente para o outro e com isso garante a perpetuação e, por outro lado, uma “renovação” da elite eleitoral, entretanto sempre na mesma linhagem e tradição dos mandatários locais.

- Em Rondônia na década de 80, o desmatamento “vira” política pública na medida em que o colono que recebia um pedaço de terra, era obrigado a desmatar até 50% de sua área, como demonstração de ocupação agrícola para provar ao Incra que havia produzido benfeitorias nas terras que pretendia regularizar. Portanto, o desmatamento era estimulado pelos próprios órgãos governamentais.

A autora também cita a questão da ideologia política, “que é quase inexistente nas posturas de boa parte dos políticos no Estado, que trocam constantemente de sigla”, a carência ética e a pouca diferença entre os partidos.

Além dos escândalos citados pela professora Josélia Gomes Neves, Rondônia foi protagonista de denúncias envolvendo outros políticos com projeção nacional:

- O governador Ivo Cassol denunciou, em matéria divulgada pelo Fantástico, da Rede Globo, no dia 16 de maio de 2005, um grupo de dez deputados estaduais que tentavam negociar o pagamento de R\$ 50 mil por mês para cada um do grupo em troca de apoio político para aprovar projetos no Legislativo. O dinheiro serviria também para os deputados não votarem um pedido de impeachment contra Cassol. O próprio governador filmou a conversa com os deputados, em sua casa, e divulgou as fitas. Cassol foi denunciado pelo Ministério Público ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) por supostas irregularidades quando era prefeito de Rolim de Moura (RO) entre 1998 e 2002.

- O ex-senador de Rondônia Mário Calixto (PMDB) ficou preso por mais de 95 dias depois que a Polícia Federal deflagrou a Operação Titanic, em abril de 2008. Calixto é acusado de envolvimento em um esquema de importação fraudulenta de mercadorias de luxo, do qual faria parte também o empresário capixaba Adriano Scopel. Calixto foi preso por determinação da Justiça Federal Criminal de Vitória (ES), e solto em julho de 2008 por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. O ex-senador responde a várias ações penais e já foi condenado por peculato.

## CAPÍTULO 2

### 2.1 Características das relações de poder

No dicionário, a palavra poder se refere à capacidade ou a possibilidade de ação, de produzir efeitos. Segundo Mário Stoppino, se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, “o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem”. (STOPPINO In BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2002: 933)

Segundo o professor Octaciano Nogueira, na filosofia política, a mais conhecida definição de poder é a de Hobbes, no *Leviatã*, segundo a qual “o poder de um homem são os meios que tem no presente para obter qualquer bem que surja no futuro”, o que equivale definir o poder como uma coisa que se possui ou que se usa, como qualquer outro bem. (HOBBS apud NOGUEIRA, 2007: 132)

Nogueira cita que

segundo essa definição, pouco importa que esses meios sejam bens naturais, como a força, o saber a inteligência ou algo adquirido, como a riqueza. O que importa é que seja um meio, um instrumento, para se conseguir aquilo que deseja. (NOGUEIRA, 2007: 132)

Contudo, cita Stoppino (2002), “não existe poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja”. O autor considera como um dos fenômenos mais difundidos na vida social o do Poder: “Não existe praticamente relação social na qual não esteja presente, de qualquer forma, a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de outro grupo”. (STOPPINO In BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2002: 934)

Stoppino considera que o campo em que o poder ganha seu papel mais crucial é o da política; em relação aos fenômenos políticos, o poder tem sido pesquisado, analisado continuamente e com a maior riqueza de métodos e de resultados. Isso é atestado pela longa história e tradição da filosofia política, e é atestado pelas ciências sociais contemporâneas. (IDEM, 2002: 940)

Segundo Norberto Bobbio, há três tipos de relações de poder: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. “O poder político é em qualquer sociedade de desiguais o

poder do supremo, isto é o poder ao qual todos os outros estão de algum modo subordinados”. Neste trabalho, focaremos o poder político que

é a exclusividade do uso da força em relação a todos os grupos que agem em um determinado contexto social, exclusividade que é o resultado de um processo que se desenvolve, em toda sociedade organizada, na direção da monopolização da posse do uso dos meios com os quais é possível exercer coação física. (BOBBIO, 2000: 164)

E na definição de Octaciano Nogueira,

o poder político é o que opõe o grupo governante a todos os demais grupos que integram a sociedade, na medida em que o único eficiente para impedir a insubordinação e a desobediência, tanto quanto para dissuadir os que pretendam usar a força física em seu próprio benefício, caso em que desafiam o monopólio e a exclusividade do Estado para aplicar esse recurso. (NOGUEIRA, 2007: 144)

Bobbio faz um paralelo entre a política e a moral, um dos temas deste estudo.

A política e a moral têm em comum o domínio sobre o qual se estendem, que é o domínio da ação ou da práxis humana. Considera-se que diferem entre si com base no diferente princípio ou critério de justificação ou de avaliação das respectivas ações, tendo por consequência que aquilo que é obrigatório na política, e aquilo que é lícito na política nem sempre é lícito na moral; ou que podem existir ações morais que são impolíticas (ou apolíticas) e ações políticas que são imorais (ou amorais). (BOBBIO, 2000: 173)

As relações de poder político são apenas uma das várias formas de relações de poder existentes entre os homens. Bobbio afirma que “para caracterizá-las, pode-se recorrer a três critérios distintos: a função que ela exerce, os meios dos quais se serve, o fim ao qual tende”.

O critério mais adequado para distinguir o poder político das outras formas de poder, e portanto para delimitar o campo da política e das ações políticas, é aquele que se funda sobre os meios dos quais as diversas formas de poder se servem para obter os efeitos desejados; o meio do qual se serve o poder político, embora, em última instância, diferente do poder econômico e do poder ideológico, é a força. (IDEM: 221)

O autor chama a atenção de que “o poder tem uma irresistível tendência a esconder-se”. Segundo Bobbio, isso é compreensível porque “quem exerce o poder sente-se mais seguro de obter os efeitos desejados quanto mais se torna invisível àqueles aos quais pretende dominar”. E a prática de querer esconder atitudes e ações é tão comum quando parece. Bobbio cita que na passagem da democracia direta para a democracia representativa (da democracia dos antigos para a democracia dos modernos),

desaparece a praça, mas não a exigência de visibilidade do poder, que passa a ser satisfeita de outra maneira, com a publicidade das sessões do parlamento, com a formação de uma opinião pública através do exercício da liberdade de imprensa, com a solicitação dirigida aos líderes políticos de que façam suas declarações através dos meios de comunicação de massa. (BOBBIO, 2000: 387)

Bobbio é rigoroso ao comentar as relações entre político e povo.

A ocultação de poder encontra sua própria justificação na insuficiência, quando não na completa indignidade, do povo. O povo, ou não deve saber, porque não é capaz de entender, ou deve ser enganado, porque não suporta a luz da verdade. (IDEM, 2000: 389)

E o lugar onde o poder é representado é o parlamento, conforme cita o autor:

o parlamento é um lugar onde o poder é representado, no duplo sentido da palavra, ou seja é o lugar onde se reúnem os representantes e onde, ao mesmo tempo, ocorre uma verdadeira encenação, que enquanto encenação precisa de público e deve, portanto, ser desempenhada pelo público. (...) Um parlamento só tem caráter representativo enquanto acreditar que a sua verdadeira e própria atividade tem lugar em público. Sessões secretas, acordos e debates secretos de qualquer comitê podem ser muito importantes e significativos, mas jamais têm caráter representativo. (IDEM, 2000: 409)

Bobbio defende a abertura das sessões das assembléias legislativas ao público para que os cidadãos tenham acesso a ela. O autor concorda com Carl Schmitt quando este diz que “a representação apenas pode ocorrer na esfera da publicidade” e que nenhuma representação existe em segredo e a sós, sendo necessário o exercício da liberdade para a formação da opinião pública. (SCHMITT apud BOBBIO, 2005: 30)

Para isso, é preciso que

as ações dos governantes sejam subtraídas ao funcionamento secreto da câmara de conselho, desentocadas das sedes ocultas em que procuram fugir dos olhos do público, esmiuçadas, julgadas e criticadas quando tornadas públicas. (IDEM, 2005: 30)

Para garantir a obrigatoriedade da divulgação das ações, de uma certa forma favorável, os governos, sejam locais ou nacional, desenvolveram recursos e planos. Além das tradicionais assessorias de imprensa, há agências de notícias que funcionam para pautar a mídia nacional, como a do Senado, estudo de caso deste trabalho. Isso sem falar em campanhas de publicidade e promoção de eventos.

Outro autor que estuda o poder é Pedro Demo, em seu livro “*Pobreza Política*”. Segundo ele, não há relações sociais que não sejam, por definição, políticas. Por isso, os homens nunca são apenas diferentes: “Suas diferenças acabam se cristalizando em desigualdades. É a dinâmica típica da sociedade histórica: ela se estrutura em torno das desigualdades e muda sempre por causa das desigualdades”. (DEMO, 1988: 12)

Demo explica que toda convivência é também uma disputa e que o Poder é inevitável para se evitar a anarquia, não apenas por uma questão de organização da sociedade. O autor cita que “a própria convivência se estrutura em linhas de poder, cuja graça é a polarização. Não precisa ser guerra. Mas há vantagens, há preferências, há manipulações, há segregações. É um campo de força magnetizado”. (DEMO, 1988: 13)

Ao comentar as liberdades individuais e as relações de poder, Stuart Mill entende que nenhuma sociedade é livre, qualquer que seja sua forma de governo, se nela não se respeitam, em geral, essas liberdades.

E nenhuma sociedade é completamente livre se nela essas liberdades não forem absolutas e sem reservas. A única liberdade que merece o nome é a de procurar o próprio bem pelo método próprio, enquanto não tentamos desapossar os outros do que é seu, ou impedir seus esforços para obtê-lo. (MILL, 1991: 56)

Mill diz que a mais eficaz razão para limitar a interferência do governo é o grande perigo de lhe aumentar desnecessariamente o poder.

Toda função que se acrescente às já exercidas pelo governo difunde mais largamente a influência deste sobre as esperanças e os temores, e converte, cada vez mais, a parte mais ativa e ambiciosa do público em pingentes do governo, ou de algum partido que visa tornar-se governo. (MILL, 1991: 153)

Alguns autores citam as relações de poder e o jornalismo, como o professor Luiz Gonzaga Motta, que é categórico ao dizer que não existe poder sem imprensa nem imprensa sem poder. Para ele, todo governo já fez e continua a fazer uso da imprensa, seja para divulgar suas ações, seja para pautar suas estratégias de governabilidade.

Ambos estão historicamente relacionados. Desde 1440, quando Gutemberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento de luta pelo poder. A invenção da imprensa, de fato coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada à luta política. (MOTTA, 2002: 13)

Bourdieu cita que os jornalistas,

embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital). (BOURDIEU, 1997: 66)

Pedro Demo diz que é pobreza política não se lutar pelo direito de informação, de expressão, de comunicação.

Faz parte dos conteúdos mais legítimos da democracia a transparência da informação, evitando-se processos administrativos vedados ao conhecimento do público. (...) Entretanto, não é menor pobreza política o abuso da informação, no sentido de inventá-la para fins ideológicos, subordinando os fatos às versões. É regra democrática que tudo pode ser dito e informado, desde que comprovável. Não vale usar meios de comunicação contra cidadãos que, de antemão, não têm as mesmas condições de defesa. Os sistemas de comunicação que dizem o que bem entendem, a ponto de produzirem “fatos” a serviço de suas “versões”, vivem do estado de impunidade. É fato marcante de nossa época que os sistemas de comunicação e informação são fonte relevante de poder. Sua influência cotidiana já é avassaladora e tende a crescer indefinidamente. (DEMO, 1988: 31)

## **2.2 As relações de poder envolvendo a comunicação em Rondônia**

Ao dar início a este estudo comparativo entre a Agência Senado e os sites noticiosos de Rondônia, uma denúncia chamou a atenção: de que políticos de Rondônia usavam esses sites para promoção pessoal, pagando por matéria favorável publicada, ao mesmo tempo em que também desembolsavam quantias em dinheiro para não terem sua imagem prejudicada no caso de ver publicada uma matéria negativa. Há ainda casos de que alguns políticos mantêm sites para atacar seus adversários.

A prática gerou uma indiscriminada atividade imoral e permitiu que pseudo-jornalistas e jornalistas abusassem dessa “boa vontade” dos políticos. Este trabalho identificou casos de achaques. O mais escancarado deles foi divulgado pela mídia de Rondônia e proferido por um profissional de imprensa que era ao mesmo tempo contratado pela Assembléia Legislativa de Rondônia (ALE) e é proprietário do Jornal Alerta, em Jaru, município de Rondônia. O jornalista Odair Ferreira Calado admitiu que usava seu próprio jornal para achar e extorquir políticos. E disse isso no dia 5 de abril de 2008, quando o Tribunal de Justiça de Rondônia promoveu o primeiro encontro entre jornalistas e magistrados do Estado. Entre os participantes, havia a presidente do Tribunal, desembargadora Zelite Andrade, o procurador de Justiça Ivo Benitez, além de advogados e outros profissionais. O evento está registrado em DVD, que faz parte do anexo deste trabalho.

“Só vivemos recebendo da Assembléia, Governo do Estado e da Ceron. Quando vim pra Rondônia, tinha intenção de fazer jornalismo decente. Mas nos dois primeiros anos, respondi a 21 processos. (...) Montei toda a estrutura do jornal mais para extorquir prefeitos, deputados e vereadores. Se a matéria for de meia página, tem um valor X, se for de uma página, tem um valor X. Eles não saem do meu jornal se não pagarem antes. E não aceito cheque”, disse, a uma platéia estarecida, como mostra a gravação.

Calado disse ter mudado sua postura depois de ter ouvido a seguinte expressão de um jornalista de Porto Velho: “Trouxa é o cara do interior”. Calado apontou para vários jornalistas da platéia e os acusou de também receber dinheiro da Assembléia e de políticos “por fora”. E completou: “depois que comecei a fazer isso, nunca mais fui preso por não pagar pensão alimentícia”. Calado afirmou na época receber R\$ 1.108 da ALE mesmo sem trabalhar, e R\$ 1.600 da prefeitura de Machadinho do Oeste. “Só fui lá (na prefeitura) duas vezes”. Após revelar que recebe dinheiro sem trabalhar, o presidente da ALE, deputado Neodi Oliveira, exonerou o jornalista.

O site de notícias Rondoniaovivo ([www.rondoniaovivo.com.br](http://www.rondoniaovivo.com.br)) divulgou coluna do jornalista Paulo Andreoli comentando o evento. E assim noticiou:

O grande fato do evento foi o “jornalista” Odair Calado, de Jarú, proprietário do jornal “Alerta”. Numa sinceridade de extrema coragem, disse que seu jornal era para achacar (extorquir) políticos, não saindo nenhuma matéria que não fosse paga. Disse em alto e bom tom, perante diversos magistrados, que o presidente da casa de leis, deputado Neodi Oliveira, arrumou um cargo para o mesmo na Ale, ganhando R\$1.168, afirmando ainda que não trabalha para receber o salário. Também afirmou que recebe do prefeito de Machadinho do Oeste, R\$ 1 mil reais por mês, tendo ido apenas duas vezes à cidade. Além de ser duramente reprimido pelos “sonhadores” da profissão, acredito que vale uma investigação judicial. A declaração de Calado só confirma o que todo mundo sabe nos bastidores. Existe novamente uma lista de servidores fantasmas, recebendo sem trabalhar. Cabe à Polícia Federal acabar de novo com o roubo do erário.

O achaque é uma prática condenável na sociedade brasileira. E esbarra no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que, em seu artigo 6º, diz: “é dever do jornalista combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação”. E o profissional não pode “permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas; e valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais”. (BRASIL, 2007)

O artigo 11º do citado código diz que jornalista não pode divulgar informações visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica. O problema é que apenas incorrem às penalidades desse Código de Ética os profissionais que são sindicalizados, ou seja, passaram por uma faculdade, obtiveram seu registro profissional e pagam mensalidade para garantir um vínculo com o sindicato da categoria. A pena maior é a exclusão dos quadros do sindicato. O Código não alcança quem não é sindicalizado.

Outro caso de abuso da atividade jornalística pode ser demonstrado em e-mail de resposta enviada por um profissional de Rondônia a um assessor de imprensa, que havia mandado e-mail na tentativa de se divulgar um release: “Pedido de veiculação de material – R\$ 1.500 por mês. Aqui não se divulga nada de graça”. Este e-mail consta do anexo deste trabalho. O mesmo jornalista respondeu outra mensagem para o mesmo assessor: “Não se esqueça antes de mandar material, por favor, mande o dinheiro na frente”.

Há casos em que profissionais de imprensa já foram presos por achacarem ou extorquirem políticos. No Rio Grande do Sul, o radialista José Francisco Rodrigues Gonçalves, que trabalhava na Rádio Energia FM, foi preso em flagrante por tentar extorquir um político local. “Ele me ligava pessoalmente dizendo que se eu não pagasse ele ia me “detonar” no programa dele”, disse, ao portal Comunique-se, o prefeito Ilton Larri Costa (PMDB), candidato à reeleição no município Salto do Jacuí.

Segundo cita a matéria, o valor da extorsão era de R\$ 2 mil.

O flagrante foi montado pela política, que orientou Larri Costa a fotocopiar todas as notas e marcar um encontro. Após a entrega do dinheiro, Rodrigues Gonçalves foi detido. No total, foram 12 ligações com ameaças. A partir da quarta, Larri Costa começou a gravá-las. (...) O radialista Rodrigues Gonçalves foi acusado de extorsão e, em caso de condenação, a pena varia de quatro a 10 anos de reclusão. (COMUNIQUE-SE, 18/08/2008)

Os casos de achaques na imprensa brasileira começaram nos anos 70. O jornalista Mário Vitor Santos cita em artigo no *Comunique-se* que

Assis Chateaubriand recomendava aos repórteres que lhe vinham pedir aumento de salário o uso da credencial de imprensa como forma de obter recursos junto a autoridades, empresas, fontes e órgãos públicos. Em escala muito mais ampla, Chateaubriand usou o mesmo expediente para construir sua cadeia de veículos de comunicação. Há, portanto, um componente de achaque na gênese do moderno jornalismo brasileiro. Nos anos 70 e 80, o jornalismo no Brasil desenvolveu-se nos campos econômico, gerencial e ético. As empresas e os profissionais passaram a ter condições de impor determinados padrões de conduta e de pagamento. O duplo emprego praticamente acabou nas grandes redações de São Paulo e do Rio. O jornalismo chapa branca deixou de ser uma instituição. (SANTOS, M., 2003)

A política está arraigada na imprensa de Rondônia. A maior parte dos sites do Estado – segundo levantamento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia há 300 – tem uma tendência política definida. O Observador trava uma batalha histórica contra o governador Ivo Cassol. Já o Rondoniagora é declaradamente contra o PT e publicou a seguinte notícia no dia 18 de dezembro de 2007, às 10h42: “Hoje, ficou provado na CAE que o PT e o Governo Lula não têm o menor interesse em ajudar Rondônia em relação ao endividamento do Beron, que hoje chega à casa de R\$ 5 bilhões”. A matéria não traz aspas de nenhuma autoridade ou fonte comentando a notícia. O título é *Governo e PT tentam prejudicar RO, mas oposição, PMDB e PR garantem vitória de Expedito suspendendo dívida do Beron na CAE*.

Segundo o professor Luiz Martins da Silva, “a imprensa é um poder auxiliar do cidadão, mas, caso se volte contra os interesses do cidadão que, em suma, é o interesse público, também estará descolada de sua principal razão de existir”.

Para o autor,

A imprensa pode muito bem viver descolada da cidadania, servindo a um ou a vários senhores. Poderá até renunciar ao seu papel de quarto poder. Será, no entanto, apenas um negócio, descolado das suas funções social e pública. Se, no entanto, a imprensa se desempenhar bem (de forma equidistante e plural) na sua vocação fiscalizadora, estará, assim, atendendo à expectativa mais tradicional que sobre ela recai: a de que seja, por delegação, um poder fiscalizador. (SILVA in MOTTA, 2002: 50)



A atribuição fiscalizadora da imprensa foi tema de estudo de Ana Lúcia Novelli no artigo “O projeto Folha e a negação de quarto poder” para quem a imprensa existiria para manter o Estado longe de possíveis abusos e desvios autoritários. “É a imprensa atuando como *watchdog*, o cão-de-guarda da sociedade a favor da democracia, sempre pronta a expor as práticas arbitrárias e autoritárias do poder central”. (SIEBERT Apud NOVELLI, IN MOTTA, 2002)

Para cumprir adequadamente sua função de *watchdog*, a imprensa precisa estar livre das interferências do Estado, já que essa função estaria completamente comprometida caso houvesse qualquer vínculo entre ambos. Como seria possível uma avaliação isenta das ações governamentais caso a imprensa se sentisse pressionada pelo governo, fosse pelo Poder Judiciário, Legislativo ou mesmo pela dependência econômica? A imprensa teria, então, o papel, de juntamente com outros mecanismos institucionais, salvaguardar a soberania da democracia e dos direitos civis. (NOVELLI, in MOTTA, 2002: 188)

## CAPÍTULO 3

### 3.1 Estudo das matérias selecionadas

O estudo mostra como a Agência Senado e quatro *sites* noticiosos de Rondônia se comportaram em relação à cobertura do Caso Beron<sup>30</sup>, em dezembro de 2007 e janeiro de 2008, e outros três temas que mereceram destaque nos órgãos de imprensa no período. Como a notícia foi recebida pelos jornalistas que cobrem o Senado e como é repassada ao leitor? Há diferenças nas linguagem e no uso de termos técnicos? Qual a linguagem utilizada e como são citados os parlamentares perfazem os objetivos de nossa análise. A intenção é buscar evidências que possam demonstrar o tipo de notícia produzida pelo jornalista que reescreve as matérias a partir do material produzido pela Agência Senado e como ele a transmite ao internauta do Estado.

Não procura este trabalho propor soluções a fim de indicar os meios para evitar que a linguagem seja modificada, mas sim analisar as matérias veiculadas sobre o assunto e se houve algum tipo de manipulação (política, ideológica e pedagógica) na linguagem utilizada. Os jornalistas usam essas notícias para interesses próprios e políticos? Há algum tipo de coação ou achaque?

Um dos objetivos deste trabalho foi examinar a dinâmica de como foram estabelecidos os critérios para a divulgação das atividades legislativas pelos dois tipos de veículos, com base na análise dos relatos da experiência profissional de servidores concursados da Agência Senado e dos repórteres de sites de notícias de Rondônia.

Analisar como os jornalistas recebem as matérias da Agência Senado é mais simples do que estudar como os internautas interpretam o conteúdo delas.

Hall (2003) mostra que a mensagem é uma estrutura muito complexa de significados, e que não é tão simples como imaginam. “Você percebe que toda comunicação é uma comunicação perfeita? A única distorção nela é que o receptor pode não estar em condições de captar a mensagem que deveria captar”, cita.

O autor comenta que se o receptor fosse inteligente o suficiente, não haveria problemas com o entendimento, ou seja, com o significado. Stuart Hall diz que

o significado é perfeitamente transparente: ele é uma mensagem que o receptor pode ou não entender. O comunicador quer transmitir a mensagem, então quer saber quais são os obstáculos para a perfeita transmissão do sentido. (HALL, 2003: 354)

---

<sup>30</sup>Trata-se da dívida que o Estado de Rondônia tem com a União por ocasião de um débito inicial de R\$ 40 milhões e que, em quatro anos, esse montante está em R\$ 600 milhões.

Segundo cita Tomas Mayordomo (2006), o ato de recepção

é a parte do ato de comunicação lingüística que corresponde à atividade comunicativa que o receptor comum leva a cabo. Esta categoria consiste na obtenção por parte do destinatário comum, a partir da manifestação textual linear que ouve ou lê, da estrutura de sentido que foi construída pelo produtor e na confrontação de tal estrutura de conjunto referencial. (MAYORDOMO apud MOTTA, 2006: 179)

Vale reescrever outra citação muito apropriada de outro autor, citado por Motta (2006), em seu livro Notícias do Fantástico:

para comunicar-se não é suficiente transmitir um conteúdo semântico. É preciso que o interlocutor reconheça a nossa intenção e isto é muito mais que reconhecer o significado de suas palavras. A comunicação parte de um acordo prévio poderoso entre falantes racionais e eficientes que querem que se entenda aquilo que querem dizer. (ESCRIBANO apud MOTTA, 2006:180)

Motta (2006) escreve que

a escrita jornalística, como qualquer outra escritura, é uma atividade verbal dinâmica entre interlocutores e caracteriza-se pelos mesmos aspectos que regem toda atividade humana: tem uma motivação psicossocial, uma finalidade semântica e uma realização lingüística textual. (...) O jornalista enquanto interlocutor está motivado por interesses profissionais imediatos, mas também por interesses subjetivos que refletem motivações, necessidades e desejos nem sempre implícitos, claros ou sob seu controle. Ao produzir um relato na forma de notícia, a sua intenção é produzir sentido objetivamente, mas o ato de redigir uma notícia enquanto experiência criadora gera liberação das determinações e produz fenômenos interpretativos dinâmicos de compreensão cognitiva onde intervêm processos intersubjetivos de natureza lingüística e extralingüística. O que alguns autores querem frisar com isso é que o texto escrito é uma atividade de natureza criativa e pragmática que envolve dois interlocutores sujeitos-indivíduos, mas envolve também dois interlocutores subentendidos, o enunciador e o destinatário, tanto no momento de sua produção como no momento de sua leitura. (MOTTA, 2006: 180)

E quando se fala em internet, há nuances que precisam ser ainda mais respeitadas. Pollyana Ferrari (2003), no seu livro Jornalismo Digital, lembra que o tamanho da matéria precisa ser observado.

A quantidade de caracteres é outro ponto importante. Costumo dizer para os repórteres da Internet que qualquer história pode ser contada em novecentos caracteres. Se estivermos falando de uma revista mensal, no entanto, é claro que a situação é outra. Em reportagens maiores, com mais dados e fontes, pode-se utilizar links para hipertextos de áudio, vídeo e galerias de fotos, tornando a leitura leve e agradável. (FERRARI, 2003: 50)

A autora cita um estudo do instituto norte-americano Poynter mostrando que “75% dos artigos on-line são lidos na íntegra, percentual muito superior ao dos veículos impressos, em que não mais que 25% dos textos são lidos inteiros”. O argumento é que o leitor de textos impresso não precisa fazer nenhuma tarefa para chegar até o fim da matéria. Já o leitor on-line escolhe o que quer ler, clicando no link que desejar.

Está realmente interessado pelo assunto, enquanto o leitor de jornal lê o título, a linha fina, o *lead* e, na maioria das vezes, já é fisgado por outro título na mesma página, abandonando a reportagem inicial sem a menor dor na consciência. (FERRARI, 2003: 60)

Entre as características do leitor de mídias digitais está aquela que aponta que um internauta não passa muito tempo lendo textos e informações presentes na *home page*. Pollyana Ferrari cita que “o tempo médio gasto navegando na porta de entrada da Web, é de cerca de seis minutos, segundo a Media Metrix<sup>31</sup>, em maio de 2002”. As chamadas de capa dos portais de internet UOL, Terra e Globo.com, segundo observa a autora, “têm no máximo duas linhas e sempre são escritas na ordem direta, em formato similar às chamadas de rádio”. (FERRARI, 2003: 63)

### 3.1.1 O Caso Beron

Diante desse referencial, analisamos as matérias publicadas pela Agência Senado e os sites noticiosos de Rondônia quanto ao Caso Beron. A população de Rondônia tem bastante interesse nesse caso, uma vez que a União desconta por meio do repasse do Fundo de Participação dos Estados cerca de R\$ 10 milhões por mês a título de pagamento do débito. Esse dinheiro poderia ser usado para melhorias na infra-estrutura do Estado, que carece de saneamento básico, estradas e investimentos em educação.

O plenário do Senado, em 19 de dezembro do ano de 2007, aprovou Projeto de Resolução proposto pelo senador Expedito Júnior garantindo a suspensão do pagamento da dívida, por meio da Resolução nº 34/07. Mas a União não cumpriu a determinação da Casa, e iniciou-se, em 10 de janeiro deste ano, um embate judicial entre Senado, União e Governo de Rondônia. O processo está no Supremo Tribunal Federal (STF).

A Agência Senado publicou cinco matérias sobre o Caso Beron em dezembro de 2007, um dos períodos propostos para este estudo. Três repórteres revezaram-se nesta cobertura. Todas elas foram publicadas depois das 16h, entre os dias 5 e 18.

Na primeira matéria (05/12), cujo título é “*Expedito Júnior pede revisão da dívida do Beron*”, o repórter descreve o discurso do senador, no plenário do Senado. Mas não há contextualização do caso e muito menos links para que o internauta possa entender do que trata o assunto. O leitor que não tem acompanhado o noticiário sobre o assunto dificilmente entenderia o que o repórter quis dizer.

---

<sup>31</sup> Media Matrix é a principal empresa de medição de audiência de internet do mundo.

Na mesma matéria ampliada e publicada duas horas depois também não há recursos para contextualizar o caso. Outra observação constatada é o uso de termo técnico sem explicação na seguinte frase, dita pelo senador Expedito Júnior por ocasião do discurso em plenário: “Mas após a intervenção, o Banco Central, não saneou nem liquidou o Beron, deixou uma dívida de mais de R\$ 600 milhões, a serem pagos pelo governo de Rondônia”. O texto não explica o que é sanear e liquidar.

Na matéria “*CAE aprova suspensão do pagamento da dívida do Beron à União*”, publicada no dia 18/12, o texto é ainda mais técnico, conforme se pode observar com o uso da palavra “passivo”, ao se referir ao que deve o banco, e “saneá-lo”. Na última matéria do mês, que culminou com a aprovação do projeto de resolução, o repórter usou os termos “voto em separado”, “promulgação”, “liquidação” e “passivo”, sem que as palavras tivessem sido explicadas.

O parágrafo seguinte está ainda mais rebuscado: “O projeto (...) autoriza a efetivação de todos os termos aditivos aos contratos de abertura de crédito de compra e venda de ativos celebrados entre a União (B), o Estado de Rondônia, o Beron e a Rondonpoup (Poupança do Beron para crédito imobiliário), permitindo novo refinanciamento dessas dívidas”. Apesar da correção gramatical, a leitura do texto requer um elevado domínio de vocabulário e de conhecimento do caso por parte do leitor para ser compreendido. Nem sempre ele está familiarizado com estes termos, e dificilmente vai entender na prática o que isso significa.

Na mesma matéria, há a palavra “equanimidade de tratamento”, que poderia ter sido simplesmente substituída por “igualdade de tratamento”. No Manual de Redação do jornal O Estado de S. Paulo, na primeira página das “Instruções gerais”, podemos encontrar:

A simplicidade do texto não implica necessariamente repetição de formas e frases desgastadas, uso exagerado de voz passiva [...], pobreza vocabular, etc. Com palavras conhecidas de todos, é possível escrever de maneira original e criativa e produzir frases elegantes, variadas, fluentes e bem alinhavadas. Nunca é demais insistir: fuja, isto sim, dos rebuscamentos, dos pedantismos vocabulares, dos termos técnicos evitáveis e da erudição. (MARTINS, 1998: 15)

O que o Senado faz com a divulgação dos trabalhos dos senadores é o que se chama “comunicação pública”, cujo objetivo é a promoção de um relacionamento de interesse público entre os diversos setores da sociedade. Segundo artigo de Elizabeth Pazito Brandão, no livro “Comunicação pública”, de Jorge Duarte (2007), comunicação pública “é o processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania”. Portanto, o jornalista da Agência Senado não escreve apenas para o jornalista da

Folha de São Paulo ou do Correio Braziliense. Ele escreve para o cidadão, principal interessado nas matérias do senador que ajudou a eleger. (BRANDÃO in DUARTE, 2007:11)

Elizabeth Brandão cita ainda que a Comunicação Pública “é um instrumento de construção da agenda pública e direciona o seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento nos campos políticos, econômico e social”. (IDEM, 2007: 5)

O Manual de Redação da Agência e Jornal do Senado diz que

as matérias escritas pelos repórteres da Agência precisam ser cuidadosamente elaboradas, para que se apresentem claras, objetivas e fiéis aos fatos. Não devem deixar dúvidas em relação aos pensamentos expressos, no caso de discursos, ou à decisão adotada, no caso de votações. (BRASIL, 2001: 8)

Já quanto ao aspecto da fidedignidade, a análise demonstra existir este cuidado nas matérias da Agência.

Após análise das matérias da Agência Senado, passa-se às observações das matérias publicadas em dezembro de 2007 nos seguintes sites noticiosos de Rondônia: O Observador, Rondoniagora, O Combatente e Rondoniaovivo. Ao todo, foram 38 matérias relativas ao Caso Beron. Dessas apenas duas citam como fonte o Senado Federal. Percebe-se que em pelo menos duas outras matérias repetem-se, integralmente, textos da Agência Senado, mas um site X, que preferimos omitir o nome para não constranger o proprietário, não respeitou o direito autoral. Em outras, há referências a informações da Agência, mas o *site* também não acrescenta “com informações da Agência Senado”. Foram poucas as matérias produzidas pelos repórteres dos próprios *sites*. Cerca de 90% delas têm como autor ou a Agência Senado ou a assessoria de imprensa de autoridades.

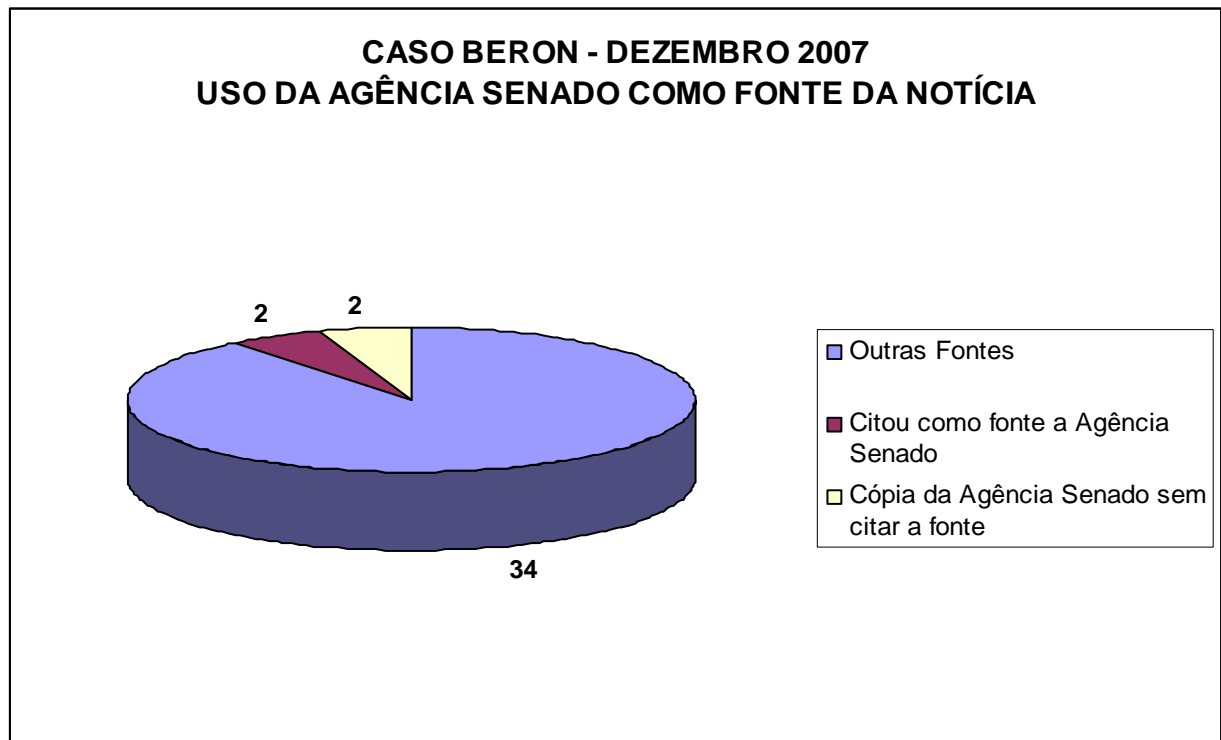


Figura 9: Das 38 matérias sobre o Caso Beron, só duas citam como fonte a Agência Senado e duas são a cópia fiel da matéria.

Nas matérias produzidas pelos repórteres dos *sites*, de agências de notícias ou enviadas pelas assessorias de imprensa, a linguagem tende a ser mais simples. Este trecho de matéria de O Observador diz: “... Segundo Expedito, o Caso Beron está praticamente resolvido, após um parecer favorável emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no início da semana”. Em outro trecho, cita “... É nessa conversa que poderá acontecer o final das novelas da Transposição e do Caso Beron”. *O site*, a não ser nas matérias da Agência Senado, deixou de informar detalhes da dívida.

Em janeiro de 2008, a Agência Senado publicou oito matérias sobre o Caso Beron. De 9 a 22 de janeiro, cinco repórteres revezaram-se na cobertura, mas não houve sessões em plenário. As matérias pautaram-se pelas reuniões ocorridas na Presidência do Senado e de declarações do próprio presidente, senador Garibaldi Alves Filho, e dos senadores Expedito Júnior e Arthur Virgílio sobre o caso.

Na primeira matéria, em 9 de janeiro, “*Expedito anuncia medidas para contestar dívida do Beron*”, o repórter deixou de explicar o que significa “decretação de moratória”, uma das medidas cogitadas pelo governo de Rondônia caso a União insista em descontar o

dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE)<sup>32</sup>. E novamente cita o termo “passivo”, sem que haja explicação.

Mas houve uma evolução em relação ao Caso Beron. Nas matérias de dezembro não havia detalhamento sobre o que significa o imbróglho envolvendo o banco e a União. E houve preocupação no uso de linguagem mais simples. Até porque se tratava de transcrições textuais de declarações do senador Garibaldi Alves.

Podemos constatar, com as matérias, que a cobertura do Caso Beron foi extremamente técnica e com uso de linguagem jurídica. “Petição”, “peça jurídica”, “mandado de segurança” “contrato juridicamente perfeito”, “mérito”, “ilegitimidade passiva”, “arcabouço jurídico”, “de maneira líquida e certa”, “declaração de incompetência” foram termos usados com frequência, sem a referida explicação sobre o que significam.

Pode-se considerar que, para o leitor que não entende de termos jurídicos torna-se difícil entender os textos. O próprio Judiciário tem se preocupado com esse tipo de linguagem. Matéria publicada no site Consultor Jurídico do dia 24 de agosto de 2005 fala que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) está preocupada em se aproximar da população leiga. Segundo o presidente da AMB, Rodrigo Collaço,

a simplificação da linguagem jurídica é fundamental para a aproximação dos agentes do Direito com a população. Essa campanha não pretende abolir os termos técnicos, mas evitar os exageros que impedem a compreensão por parte da sociedade em geral dos textos jurídicos”. (AGUIAR, 2005)

Todas as matérias relatam as ações dos políticos para tentar solucionar o impasse com a União por meio do Judiciário. Observa-se o cuidado dos repórteres da Agência em escrever exatamente o que viram ou pesquisaram. A única matéria que contém aspectos políticos sobre o caso foi publicada no dia 11 de janeiro “Senado *encaminha mandado de segurança para suspender pagamento da dívida do Beron*”. Situação gerada, provavelmente, pelo fato de um repórter de outro veículo de comunicação, que não da Agência Senado, haver dirigido a pergunta ao senador Expedito Júnior. Isso mostra a preocupação do jornalista em cobrir os fatos sem dar um tom político a ele, como faz a mídia comercial.

Vejam os a íntegra do texto:

Nesta sexta-feira, ao ser questionado por jornalistas, Expedito Júnior disse que não havia problemas em pertencer a um partido, o PR, que compõe a base aliada, e ao mesmo tempo, contestar um procedimento do governo federal.

---

<sup>32</sup> Fundo de Participação dos Estados - parcela das receitas federais arrecadadas pela União e repassada aos Estados. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados e representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais.



- Estou defendendo os interesses de Rondônia – respondeu ele. Assim como Expedito, os outros dois senadores desse Estado – Fátima Cleide (PT) e Valdir Raupp (PMDB) –, integram a base aliada e defendem a suspensão do pagamento da dívida do Beron. (SENADO, 2008)

Já a cobertura dos *sites* de Rondônia, realizada no mês de janeiro de 2009 foi menor, totalizando 31 matérias publicadas no O Observador, Rondoniagora, Rodoniaovivo e O Combatente, no período de 10 a 31 de janeiro. Dessas, apenas cinco matérias originárias da Agência Senado foram publicadas nesses *sites*. Só houve quatro produções próprias, e mesmo assim, com referências a assessoria de imprensa de políticos. As outras 22 matérias publicadas têm como fonte outros órgãos de imprensa, como Agência Estado, G1, Congresso em Foco e Folha On Line, além das assessorias de parlamentares e do Governo de Rondônia.

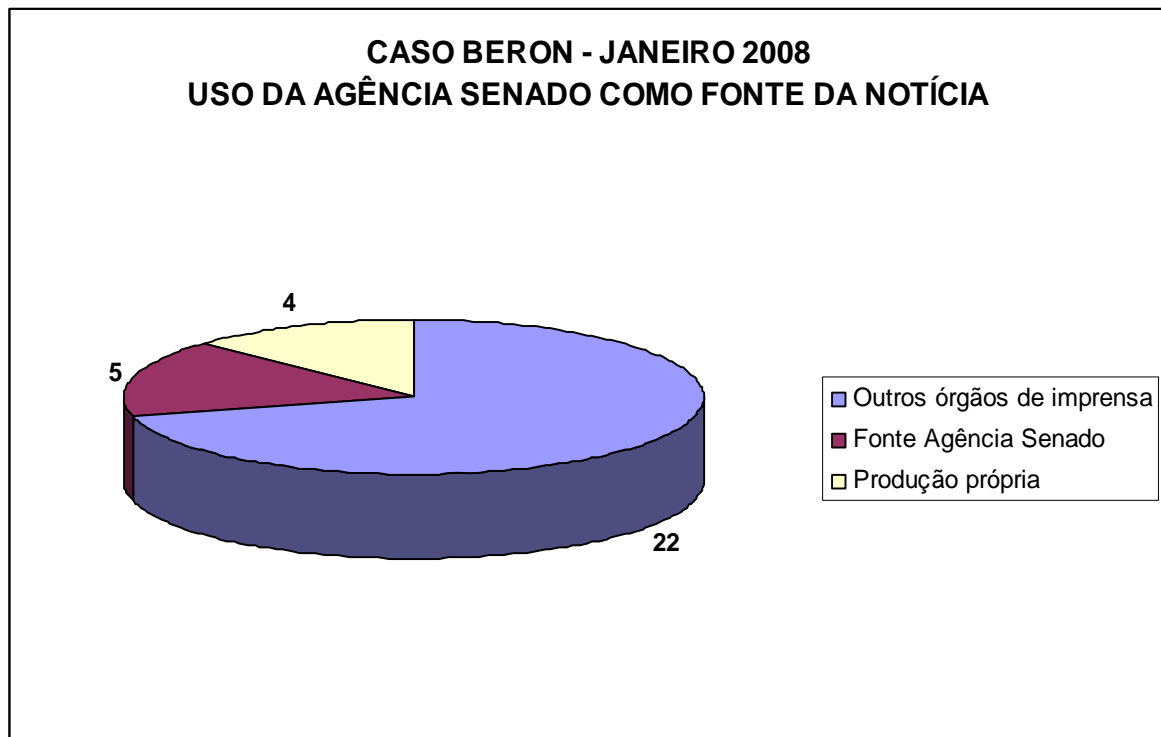


Figura 10: Das 31 matérias publicadas, só cinco são da Agência Senado. Quatro foram produções próprias. As outras 22 matérias são de outras agências e assessorias parlamentares.

As matérias de autoria própria dos *sites* têm o mesmo tema, “*Caso Beron: Eduardo Valverde acha que União está certa em cobrar dívida*”. Matéria de um site X tem o seguinte texto:

Acostumado a fazer tudo o que o PLANALTO manda, o Deputado Eduardo Valverde chegou até as vias de fatos com a ex-Senadora Heloísa Helena (PSOL), agora quer “cagar no cocho que comeu” indo contra o seu Estado. O nobre parlamentar disse que o Estado de Rondônia está errado em defender-se da cobrança arbitrária do Caso Beron. O Lula manda, seu “miquinho amestrado” e ele atende mesmo que tenha que passar por cima de seus próprios eleitores. Segundo nota enviada pela assessoria de imprensa do deputado federal, Eduardo Valverde (PT), ele estaria concordando com que o Tesouro Nacional desconte os quase R\$ 11 milhões por mês do Governo Estadual de Rondônia, referente a amortecimento da dívida adquirida do Beron com o Banco Central. Num texto distribuído aos meios de comunicação, Valverde diz que a União faz bem em cobrar a conta do Beron. Para o parlamentar petista o governo do Estado não deve brigar com a Federação. Segundo ele, a moratória que o governador Ivo Cassol propôs como ameaça se a dívida não for perdoada, não seria o caminho ideal para tentar reverter o quadro. Valverde aposta ainda no diálogo e na negociação. (2008)

Nota-se o uso de linguagem agressiva na elaboração da notícia, além de constar termos pejorativos. Essa matéria do *site* ilustra o discurso tendencioso do jornalista, similar a um artigo, estilo onde o autor livremente expõe suas opiniões sobre os assuntos. O *site*, porém, não oferecia indicações de que tipo de texto era aquele, matéria jornalística ou artigo de opinião. A matéria é assinada pelo proprietário do *site*, numa clara sinalização da presença da característica da personalização no *site* jornalístico.

Em outro *site*, que também preservaremos a autoria, traz o mesmo tema “*Caso Beron: Petista Eduardo Valverde acha que União está certa em cobrar dívida*”, mas o título inclui a palavra “petista” para indicar que o deputado é aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O autor do texto também critica o deputado federal. Vejamos a íntegra da matéria:

Segundo nota enviada pela assessoria de imprensa do deputado federal Eduardo Valverde (PT), ele estaria concordando com que o Tesouro Nacional desconte os quase R\$ 11 milhões por mês do Governo Estadual de Rondônia, referente a amortecimento da dívida adquirida do Beron com o Banco Central. Num texto distribuído aos meios de comunicação, Valverde diz que a União faz bem em cobrar a conta do Beron. Para o parlamentar petista, o governo do Estado não deve brigar com a Federação. Segundo ele, a moratória que o governador propôs como ameaça se a dívida não for perdoada, não seria o caminho ideal para tentar reverter o quadro. Valverde aposta ainda no diálogo e na negociação. (2008)

O tom dessas duas notícias mostra claramente que o jornalista ou editor responsável pelo *site* discorda da opinião do deputado federal. E usa palavras claras para definir isso. Em artigo publicado no livro de Nelson Traquina (1993), “*Jornalismo: questões, teorias e*

*Estória*”, o estudioso Warren Breed cita que cada jornal tem uma política editorial bem definida, admitida ou não. E a orientação política muitas vezes aparece disfarçada porque há normas éticas de jornalismo, acrescenta ele. Muitas vezes, no entanto, essa orientação política transgride essas normas.

Nenhum executivo está disposto a arriscar sofrer humilhações por ser acusado de dar ordens para distorcer uma notícia. Uma vez que a política editorial é determinada pelos executivos, é óbvio que eles não podem recolher e escrever pessoalmente as notícias. Têm que delegar essas tarefas nos staffers (repórteres), e é nesta altura que as atitudes ou interesse dos staffers podem – e é o que acontece muitas vezes – entrar em conflito com as dos executivos. (BREEND apud TRAQUINA, 1993: 153)

Warren Breed explica que as normas profissionais são de dois tipos: as normas técnicas envolvem as operações de recolha, escrita e preparação das notícias; e as éticas tratam da obrigação do jornalista com os leitores e sua profissão. Isso inclui, segundo ele, idéias como a responsabilidade, a imparcialidade, a exatidão e a objetividade.

Warren Breed afirma que os editores podem ignorar “reportagens que poderiam originar desvios e, quando é impossível, podem marcar a reportagem de um staffer (funcionário) seguro”. Segundo o autor,

no caso, não muito freqüente, de uma notícia contra a orientação política chegar ao editor da redacção, esta é alterada: razões alheias, tais como falta de tempo e de espaço, são apresentadas como justificação da alteração. Por último, o editor pode contribuir para a durabilidade da orientação política isolando o publisher (proprietário) dessas questões. Pode argumentar que este ficaria embaraçado com possíveis controvérsias em torno da orientação política e da parcialidade resultante; assim, a orientação não só é encoberta como também não discutida, permanecendo, conseqüentemente, imutável. (TRAQUINA, 1993: 154)

### **3.1.2 CPMF, TSE e cassação**

O senador Expedito Júnior (PR/RO) assumiu o mandato no Senado Federal no dia 1º de fevereiro de 2007. Dois meses e 10 dias depois teve o diploma no cargo cassado pelo Tribunal Regional de Rondônia (TRE). Foi o suficiente para uma longa jornada de disputas judiciais com o concorrente ao cargo e segundo lugar nas eleições para senador. O parlamentar enfrentou também uma briga com parte da imprensa do Estado, que demonstrou ter posições claras acerca de questões que envolviam denúncias sobre parlamentares.

Neste estudo, limitaremos a cobertura da cassação do senador a dois momentos: 2 e 3 de setembro de 2008 e 9 de setembro de 2008. As matérias desses períodos foram as últimas a

serem publicadas ao mesmo tempo pela Agência Senado e pelos sites de Rondônia. A imprensa nacional e regional deu destaque ao tema.

A Agência Senado procurou seguir a risca às recomendações de fidelidade às informações, ouvir o outro lado e de objetividade. No dia 3 de setembro passado, o repórter que assina a matéria “*Expedito Júnior recorrerá contra decisão do TSE, que manteve cassação determinada pelo TRE de Rondônia*”, Moisés de Oliveira Nazário, divulgou nota elaborada pela assessoria de imprensa do senador Expedito Júnior, e contextualizou informações já anunciadas pela própria Agência, de que em agosto passado o TRE/RO havia determinado a perda do mandato.

O mesmo assunto, nos *sites* de Rondônia, ganhou cobertura tendenciosa, seja a favor ou contra o senador. Outros se mantiveram neutros, e se limitaram a republicar a matéria da Agência Senado.

O Rondoniaovivo fez matéria anunciando que “a banca de advogados do senador Expedito Júnior impetra nesta quarta-feira (03) recursos ao TSE e STF para que o senador possa responder ao processo até que seja transitado em julgado nas esferas superiores”. O tema, extremamente técnico, requer linguagem jurídica em respeito à fidelidade das informações. Mas nem sempre há, assim como já observamos em matérias do Caso Beron, a explicação dos termos menos comuns, como “transitado em julgado”, como já mostramos neste trabalho.

O corpo do texto traz informações detalhadas sobre o caso, e aproxima o leitor da notícia, ao citar que “*Expedito continua seu trabalho no Senado, mesmo assim é grande a expectativa em seu gabinete*”. O repórter quis demonstrar que teve o cuidado de entrar em contato com os assessores do parlamentar para que pudesse demonstrar o clima no local de trabalho. Na última linha da matéria, o *site* denuncia sua tendência na cobertura, quando o repórter fecha o parágrafo citando “disse o confiante senador”. O adjetivo usado revelou que o parlamentar reforça sua inocência.

No dia 9 de setembro, a Agência Senado divulgou matéria com o título “*Mesa reitera que súmula sobre nepotismo deve ser cumprida*”, e citou decisão do colegiado em que decide a permanência do senador Expedito Júnior no cargo até que sejam julgados os recursos apresentados por ele para se defender na Justiça, ou seja, até o trânsito em julgado da ação a que responde o parlamentar, o senador Papaléo Paes, suplente de secretário da Mesa Diretora, concedeu entrevista coletiva aos jornalistas de plantão na porta da Presidência do Senado e anunciou o entendimento da Mesa.

A repercussão nos sites de Rondônia foi imediata. Os sites de oposição criticaram a decisão do Senado e publicaram títulos como este: “*Mesa ignora decisão do TSE que cassa mandato de Expedito*”.

Outros, como o Rondoniagora, fez a defesa do senador Expedito Júnior, ao mesmo tempo em que ataca o empresário Acir Gurgacz<sup>33</sup>. Veja trecho da matéria:

Não adiantou o persistente lobie do empresário Acir Gurgacz (PDT, com várias condenações na Justiça rondoniense por desvios de recursos públicos. (...) Portanto, Acir Gurgacz, que estava em Brasília desde a semana passada, pode retornar suas atividades no Grupo União Cascavel, que controla a empresa de ônibus Eucatur e o sistema de rádio e televisão em Rondônia, inclusive o jornal Diário da Amazônia, contumaz em atacar o senador Expedito Júnior, o governador Ivo Cassol (sem partido) e veículos de comunicação que não comungam com seus ideais políticos. (2008)

Outro tema a ser comparado, a cobertura da votação da CPMF após derrota do Governo, demonstra mais uma vez a preocupação da Agência Senado em ser fiel aos fatos. Na matéria “*Mário Couto elogia senadores que resistiram às pressões do governo*”, publicada no dia 13 de dezembro de 2007, o repórter se atém ao discurso proferido em plenário, onde Couto lista o nome de senadores que não se renderam ao governo e decidiram votar contra o tributo. Houve preocupação em deixar entre aspas todos termos em que se demonstra juízo de valor, como “embates duríssimos” e “o povo venceu os aloprados e o bem venceu o mal”.

A cobertura dos *sites* noticiosos de Rondônia foi diversificada. Como houve ampla divulgação nacional sobre a CPMF, tendo o senador Expedito Júnior saído do ostracismo em que vivem os chamados parlamentares do Baixo Clero, para um destaque na Grande Mídia (apesar de ser de um partido da base aliada do Governo Lula, o PR (Partido da República), o senador votou contra a contribuição). Os sites de oposição ao senador apenas reproduziram reportagens de sites como o G1, Terra e Folha On Line. Os demais ou publicaram a matéria da Agência ou elaboraram seus próprios textos.

O Rondoniavivo abriu a matéria com a seguinte frase: “Antes mesmo da votação que impediu a prorrogação da vigência da CPMF, o senador Expedito Júnior anunciou que manteria seu voto contrário à contribuição”. A afirmativa praticamente justificava e ressaltava a palavra do parlamentar, que não mudou seu voto e nem se rendeu ao governo, como chegaram a prever os *sites* de oposição.

---

<sup>33</sup> Acir Gurgacz ficou em segundo lugar nas eleições de 2006 em Rondônia na disputa pelo Senado, e chegou a ser diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE) no lugar do senador Expedito Júnior, que teve o mandato cassado pela terceira vez pelo próprio tribunal por compra de votos e abuso de poder econômico. No dia 14 de outubro de 2008, o TRE-RO o declarou inelegível por abuso de poder econômico. A acusação é que, nas eleições de 2006, ele teria utilizado seu jornal Diário da Amazônia para publicar diversas matérias elogiosas e com destaque incomum para sua campanha eleitoral, sem conferir o mesmo espaço aos demais candidatos ao Senado.

Já O Combatente abre a matéria com uma frase do senador, onde se reforça o compromisso do parlamentar em votar contra a contribuição: “*Eu votei com a minha consciência*”, destacou na manchete o *site*.

## **3.2 Entrevistas com os repórteres**

### **3.2.1 Os jornalistas da Agência Senado**

A Agência Senado tem 35 jornalistas, todos contratados mediante concursos públicos de abrangência nacional.

O jornalista aprovado assume um status de servidor estatutário (Regime Jurídico Único) que lhe garante estabilidade no emprego e um plano de carreira. Condições raras no setor privado. Demissão, só em decorrência de faltas graves e apuradas a partir de um longo processo administrativo. Esta condição, em tese, proporciona uma independência profissional face a eventuais abusos editoriais ou pressões dos níveis hierárquicos superiores ou mesmo por parte de parlamentares. É uma condição importante para se trabalhar numa casa política. (...) No relacionamento com as fontes, em especial com os senadores, o jornalista não é tecnicamente um subordinado do parlamentar. (SANT’ANNA, 2007: 4)

Em questionário produzido por esta pesquisadora, seis repórteres da Agência Senado concordaram em expor suas opiniões e relatar suas atividades para servir de embasamento para este trabalho. Outros quatro repórteres não responderam às perguntas. Os jornalistas informaram que se dividem em turnos de trabalho, cobrem todas as atividades da Casa e procuram elaborar textos claros para atingir o leitor da internet. Alguns contam que evitam os termos rebuscados, mas admitem que nem sempre conseguem fazê-lo.

As matérias são produzidas e publicadas rigorosamente de acordo com o que foi produzido pelos senadores. Ao contrário da mídia privada, os repórteres da Agência não têm o interesse de “ouvir o outro lado”, prática comum quando o repórter contesta a informação no texto.

Raissa Abreu, 27 anos, cinco anos de profissão, quatro deles na Agência Senado, afirma que costuma consultar o Manual de Redação da Agência e Jornal do Senado sempre que tem dúvidas de como redigir seus textos. Ela conta que tem uma preocupação especial com o leitor-cidadão, aquele que não é jornalista e nenhum dos envolvidos no tema, é mais um internauta interessado em procurar notícias sobre determinado parlamentar ou discussão na casa.

A jornalista, que assumiu em julho a função de subeditora, conta a preocupação dela e dos demais colegas em tentar escrever com uma linguagem simples, evitando o uso de termos técnicos sem explicação e as palavras rebuscadas. “Escrevemos em uma casa legislativa. Não temos como fugir deles, mas usamos recursos técnicos, como um link ou uma interrogação que leva a algum lugar quando o assunto é muito complexo”, afirma.

Moisés Nazário, 29 anos, há três anos no Senado, e atual chefe de reportagem da Agência, diz que há vários “filtros” para evitar que termos técnicos sejam publicados sem a devida explicação. Após o repórter escrever a matéria, o copy-desk (revisor) e o editor lêem o texto para deixá-lo de acordo com o manual. “Para assuntos muito complicados, como fator previdenciário, geralmente fazemos matérias sobre o tema e colocamos interrogações para links com matérias maiores, com explicações”, diz.

Elina Rodrigues, 29 anos, na Agência desde 2005, costuma recorrer à Consultoria Legislativa da Casa para esclarecer termos e assuntos muito técnicos. “Quando não entendo o tema, uso a Consultoria para explicar a intenção do projeto”, destaca. Já Cristina Sudbrack, 47 anos, e há três na Agência, diz que nem sempre essa resposta chega rapidamente, como requer o noticiário:

Existem projetos muito complicados. O fator tempo atrapalha. Há muitos projetos extra-pauta, e temos que correr para tentar entender o que ele quer dizer. Ligamos para a consultoria e eles dizem que precisam de dois a três dias para responder. Tentamos descobrir por meio da internet e com outros colegas.

Sant’Anna (2007) afirma que esses profissionais demonstram portar valores ético-profissionais mais rígidos do que os de seus colegas da imprensa privada ou comercial. O jornalista Nelson Oliveira, 47 anos, repórter da Agência Senado desde 1999, conta que se preocupa se a matéria que produziu atenderá a algum grupo de interesse em especial. “Eles acompanham os andamentos dos trabalhos. Precisamos ficar atentos ao que vamos escrever”, conta.

Nelson Oliveira expõe sua opinião sobre a possibilidade de se discriminar os parlamentares de estados menos favorecidos. “É preciso pôr em evidência todo senador porque ele foi eleito pelo povo, e se trata de informação pública para o Brasil. É importante divulgar o senador de um estado não muito conhecido”, destaca.

Quanto aos tipos de fatores externos que atrapalham a cobertura da Agência Senado, todos os jornalistas entrevistados citam o fator tempo como o principal deles. Ainda que não tenham que “concorrer” com a mídia tradicional e privada, os repórteres precisam

disponibilizar as matérias em tempo real, na maioria das vezes. Eles citam que os senadores e alguns assessores acompanham o noticiário, e cobram quando a notícia demora a aparecer na página da Agência.

Segundo Francisco Sant'Anna (2007), os jornalistas das fontes afirmam que dois principais parâmetros editoriais estabelecidos pelo Senado são rapidez e precisão. Mas a rapidez não consta entre as exigências editoriais nos manuais de redação das mídias do Senado Federal, talvez porque a elaboração do manual, em 2001, tenha ocorrido apenas alguns anos após a implantação da Internet e da respectiva prática do noticiário on-line no Senado (1995) – fator principal de imposição da rapidez no noticiário.

Os repórteres entrevistados dizem que não sofrem pressão para favorecer o senador A ou B, e nem direcionar politicamente uma matéria para este ou aquele partido. “As presidências da Casa desde 2005, quando comecei a trabalhar na Agência, bem como as direções e chefias de reportagem, nunca fizeram exigências com viés político nas coberturas que fiz”, garante a jornalista Iara Teresinha de Farias Borges.

Já Raissa Abreu cita outra pressão ao escrever matérias: a repercussão negativa na opinião pública das denúncias contra senadores ou funcionários da Casa. “Cada um sente a pressão política de um jeito. Eu sou do grupo daqueles que ficam mais tensos, que sofrem quando a casa está sendo bombardeada. Fico estressada”, admite.

Laércio Frazon, 42 anos, no Senado desde 2005, diz que as preferências políticas dos jornalistas não interferem em nada. “Temos que expressar o que o senador diz”, resume.

Sant'Anna (2007) entende que o jornalismo praticado pelas mídias do Senado contribui para um processo de transparência e é complementar ao modelo investigativo da imprensa tradicional. “Mesmo sem esta natureza investigativa, os profissionais da imprensa tradicional depositam credibilidade no conteúdo informativo difundido pelas mídias do Senado”, destaca.

O setor da comunicação institucional representa hoje mais de 40% do mercado do jornalismo, estimado em 60 mil jornalistas com registro profissional, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal em 2000.

Apenas na Câmara e no Senado trabalham mais de 200 jornalistas. Sem contar os profissionais de publicidade e relações públicas que trabalham para a Secretaria de Comunicação dos órgãos (SECOM) e que, de certa forma, têm impacto na produção das pautas assimiladas pelas mídias. (ADGHIRNI, 2004: 52)



### 3.2.2 Os jornalistas de Rondônia

Mais de 80% dos profissionais de imprensa de Rondônia não possuem nível superior e nem concluíram curso em Comunicação Social. Diante desse dado fornecido pelo Sindicato dos Jornalistas de Rondônia, constatamos que poucos eram aqueles que estavam pautados por valores éticos da profissão e estavam preocupados em fornecer informação de acordo com normas de responsabilidade social do jornalismo. Pôde-se chegar a esta conclusão após analisar a cobertura noticiosa dos sites do Estado, conforme demonstrado neste capítulo.

Esta pesquisadora enviou e-mail com um questionário para mais de 30 profissionais da imprensa regional que trabalham em sites noticiosos, mas apenas cinco responderam, mesmo com telefonemas para alguns deles e o envio do material por mais de duas vezes, no mês de outubro. A tentativa era saber como eles analisam a cobertura da Agência Senado. As perguntas foram as seguintes:

- As matérias da Agência Senado são acessíveis aos leitores?
- Os textos têm linguagem simples?
- Há excesso no uso de termos técnicos?
- Você já teve que reescrever uma matéria da Agência Senado para deixá-la numa linguagem mais acessível?
- Você é orientado a manipular os textos da Agência?
- Há preocupação do site com o direito autoral?
- O site depende da Agência Senado? Seria possível conseguir fazer uma matéria se não fosse a Agência?
- Qual o grau de confiabilidade da Agência Senado?
- Você sabe se o leitor do site também acessa a Agência Senado?
- Quando você utiliza as informações da Agência seu foco é sempre a atuação parlamentar individual ou matérias sobre atividades em geral do Senado também são aproveitadas (votações, audiências públicas, sessões de homenagem etc)?

Uma possível explicação para a falta de retorno do questionário poderia ser a falta do diploma e, conseqüentemente, a falta de legitimidade para participar desta pesquisa, uma vez que não são jornalistas profissionais. Esta constatação, no entanto, não tem qualquer fundamentação científica.

Todos os jornalistas que responderam ao questionário elogiaram a cobertura da Agência Senado, principalmente pela preocupação em se divulgar notícias do Parlamento e

em aproximar o cidadão do seu representante na Casa. Os profissionais ressaltaram a credibilidade da Agência ao noticiar as matérias. Consideram-na 100% confiável.

Quase a metade deles reclamou do excesso de termos técnicos e de palavras rebuscadas. “Parecem que os jornalistas escrevem com o Aurélio (dicionário) do lado”, comenta Tadeu Itajubá, de O Combatente. Para o repórter e proprietário do site, os textos não têm linguagem simples, ao contrário do que consideram os jornalistas da Agência. Itajubá conta que já teve de reescrever matérias do órgão para deixá-la mais acessíveis ao leitor do seu site que, segundo ele, nem sempre tem grau de instrução elevado.

A jornalista Cristina Barros, sócia e editora de Política do Rondoniaovivo, e integrante da primeira turma de jornalismo formada pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (Faro), discorda de Itajubá e considera que

todas as matérias da Agência são acessíveis e facilmente compreendidas por qualquer pessoa, independente do nível educacional, principalmente porque se limitam às propostas e projetos dos senadores e ainda contextualizam os projetos às realidades sociais.

Barros diz que muda apenas datas e, em alguns casos, títulos, para “regionalizar mais a matéria”. Segundo ela, o site não depende exclusivamente dos textos da Agência para produzir seu noticiário.

Todos os jornalistas entrevistados dizem que o site tem a preocupação com o direito autoral. Mas esta pesquisa constatou que nem todos eles cumprem a lei nesse quesito. Das 58 matérias analisadas neste trabalho, 34 tiveram creditado corretamente o autor do texto, mas 24 não respeitaram a fonte do material. Isso significa dizer que quase em metade das matérias divulgadas nos sites não se respeitou o direito autoral.

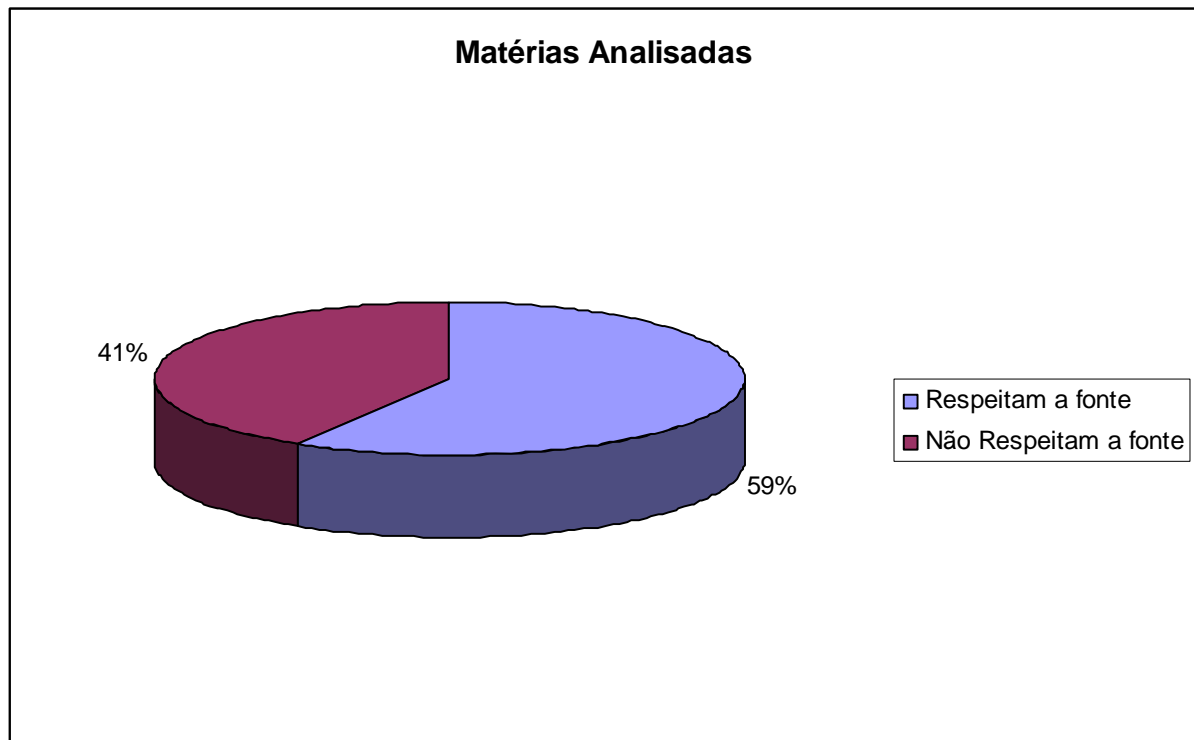


Figura 11: Das 58 matérias analisadas neste trabalho, 34 citam o autor do texto, mas o mesmo não ocorre em 24 delas.

Quando os jornalistas dos sites do estado tentam simplificar a linguagem jornalística, os relatos sobre os fatos e as matérias da Agência Senado, eles passam para o texto avaliações morais reforçadas por “esquemas generalizantes (...) que reforçam o sentido de utilidade do jornalismo”, conforme comenta em seu livro a *Construção da Política*, a autora Alessandra Aldé. (ALDÉ, 2004: 179-181)

E como afirma a autora, o “denuncismo” reforça o suposto lado heróico dos jornalistas, “porta-vozes das perguntas e críticas que o povo gostaria de fazer” ou ainda homens corajosos, que obrigam o governo a “contar a verdade” – um estereótipo, ou explicação, que reflete o discurso da própria mídia, autopromovida como guardiã da verdade, da justiça e da ordem civil, cita a autora. (ALDÉ, 2004: 180)

A tendência da mídia de Rondônia em deixar de produzir suas grandes reportagens e correr atrás do furo jornalístico é a mesma no restante do país. A professora Zélia Leal Adghirni afirma que o jornalista herói está com os dias contados.

A imagem romântica do jornalista já não existe. Surge no lugar deste, um profissional híbrido, versátil, ora atuando no campo das mídias ora servindo aos senhores do campo da comunicação. Entenda-se aqui a distinção que fazemos a partir de uma concepção européia, principalmente francesa, entre comunicação e jornalismo. O jornalista hoje é um burocrata da notícia sentado diante de um computador que lhe serve de fonte de

informação, sala de redação, tela de texto. É provável que nem ele nem a sociedade acreditem mais na função social do jornalismo. (ADGHIRNI, 2005: 47)

Zélia Adghirni cita Jean François Lacan para quem “esta estranha profissão que outrora excitava o imaginário popular atravessa uma crise em todos os sentidos”.

E a culpa não seria do jornalista. Sem identidade profissional definida, pressionado pelo mercado em condições de trabalho cada vez mais precárias e responsabilidades sociais cada vez mais fortes, os jornalistas estão cansados. Eles jogaram fora o papel de heróis. Ninguém mais quer ser Super-Homem. Os jornalistas querem apenas ser profissionais respeitados em seus direitos no mercado de trabalho da informação. (ADGHIRNI, 2005: 47)

Como sugere a Escola de Frankfurt<sup>34</sup>, mais do que um contra-poder, o jornalismo pode estar se tornando uma extensão de poderes.

Sabemos hoje que os processos decisórios nas seleções das notícias não estão restritos às redações de jornais, entre repórteres e editores mas se submetem aos serviços das estratégias de pessoas e organizações com vista à influência da cobertura jornalística (lobbies, políticos, publicidade, etc). (ADGHIRNI, 2005: 46)

### **3.3 O apreço por informações oficiais**

A fonte de informação é um elemento essencial na produção das notícias. Sem ela, o jornalista dificilmente obtém informações para desenvolver a matéria. E a legitimidade para que essa fonte possa garantir credibilidade à notícia é a sua origem. H. Gans (2001) diz que a autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. O fator da respeitabilidade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. “Presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de suas ações e opiniões serem oficiais”. (GANS in TRAQUINA, 2001: 130)

O jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe. A maioria das pessoas acredita na autoridade da posição. Quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade. Chama-se a isso a hierarquia da credibilidade. (IDEM, 2001: 130)

---

<sup>34</sup> Escola de Frankfurt é o nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas que se encontraram no final dos anos 1920 para estudar diversos temas, entre eles a comunicação e o poder político. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como "indústria cultural" e "cultura de massa".

O autor afirma que

avaliando a importância desses critérios e o fato de que o trabalho jornalístico é condicionado pelo fator tempo, então podemos compreender por que as fontes estáveis, regulares, institucionais acabam por ser preferidas pelos membros da comunidade jornalística. (IDEM, 2001:107)

Gans entende que a produtividade é outro critério de avaliação das fontes. “Normalmente, prevalecem as fontes institucionais: é que elas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, permitindo que os jornalistas não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obter dados ou os elementos necessários”. (IDEM, 2001: 105-106)

As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina. Para Gans, se a credibilidade da “estória” não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade. “É provável que as fontes que cooperam com os jornalistas e os tratam cordialmente sejam mais utilizadas do que outras. (...) Fontes que ocupam uma posição de autoridade formal são consideradas mais credíveis do que outras; para além disso, os jornalistas aplicam, profissionalmente, os mesmos critérios que os indivíduos utilizam na sua vida de todos os dias, conferindo uma maior confiança às pessoas que se parecem com eles. (GANS in TRAQUINA, 2001: 130)

O jornalista Chico Sant’Anna<sup>35</sup> pesquisou sobre o tema e observou, em seu trabalho de doutorado “Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo”, um novo conceito de fonte.

Entre os meios tradicionais de comunicação, públicos ou privados, novos veículos informativos são ofertados ao público por organizações profissionais, sociais e inclusive por segmentos do Poder Público. São mídias mantidas e administradas por atores sociais que, até então, se limitavam a desempenhar o papel de fontes de informações. (SANT’ANNA, 2006: 2)

O autor refere-se a elas como verdadeiras organizações políticas. Elas ocupam espaço e atuam como as entidades representativas e grupos de interesse, e desempenham papel de atores políticos. Agem para interferir na vida pública, na construção da notícia (newsmaking) e na formação de uma agenda dos formadores de opinião (agenda-setting). A opinião pública recebe informações passadas por essas fontes diariamente, seja pela página da internet de um órgão legislativo ou um programa de rádio difundido para um público alvo.

A imprensa tradicionalmente vista como um espectador externo aos fatos começa a perder a totalidade do domínio da cena informativa. (...) A opinião pública passa a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente, filtradas e difundidas por entidades ou movimentos sociais, ou seja, corporações detentoras de interesses corporativos. (SANT, 2006: 3)

---

<sup>35</sup> Jornalista Profissional e Documentarista, Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasil e Doutor em Ciências da Informação e Comunicação no Centre de Recherches sur l’Action Politique em Europe (Crape) da Université Rennes-1 – França.

Segundo Sant'Anna, o que contribuiu para o surgimento dessas Mídias das Fontes foi a atividade de assessoria de imprensa, que cresceu no Brasil graças ao esforços de jornalistas brasileiros e suas entidades representativas.

O grande número de assessorias de imprensa no Brasil aumenta a oferta de informações para os jornalistas. Lima afirma que “muitos jornais encontrariam dificuldades para manter suas portas abertas se não pudessem contar com o material distribuído pelas assessorias de imprensa”. Isto também conduz a uma discussão sobre as conseqüências da ligação entre ambos. (LIMA in DUARTE, 2003: 111)

Erbolato relata distorção séria na oferta de facilidades operacionais e diz que, especialmente no interior, onde os veículos de comunicação possuem uma grande dependência da publicidade oficial, o release vira moeda de troca e, publicado na íntegra, deixa o público “mal informado, manipulado, acreditando só em acertos por parte dos governantes...”. (ERBOLATO in DUARTE, 2003: 122)

Kucinski apresenta visão similar: “Hoje você vai cobrir um departamento do governo, alguma empresa e tem lá o jornalista para receber você. Formou-se uma promiscuidade que levou a um mascaramento da função do jornalista”. A peculiaridade, no Brasil, é que assessoria no Brasil não é tratada como relações públicas. Ainda que o jornalista deixe um jornal para atuar em assessoria, estabeleceu-se que sua atividade permaneça sendo considerado jornalismo – subsidiário ou “ao nível da fonte”. (KUCINSKI in DUARTE, 2003: 17)

## CONCLUSÃO

O trabalho aqui apresentado analisou a cobertura jornalística realizada pela Agência Senado e por quatro sites noticiosos de Rondônia, na busca por semelhanças e diferenças que pudessem caracterizar cada uma dessas duas categorias de serviços e a possível relação entre elas. Como primeira e fundamental verificação, a pesquisa percebeu que, ainda que versem sobre o mesmo fato, a linguagem, a forma e o conteúdo das matérias produzidas pela Agência são diferentes daquelas produzidas pelos jornalistas dos *sites* noticiosos de Rondônia. Estes elaboram textos mais simples, voltados a um público que não necessariamente possui grau de instrução elevado.

A Agência Senado, e na verdade toda a estrutura de comunicação do Senado, foi criada, entre outros motivos, a partir de uma percepção dos funcionários e dos assessores de senadores de que os veículos privados de comunicação dedicavam pouco espaço ao noticiário produzido sobre as atividades legislativas. Apesar de a mídia nacional e a mídia do Senado voltarem-se para temas semelhantes ou até iguais, geralmente relacionados com o dia-a-dia das pessoas, não é evidente que exista por parte da mídia privada a percepção de que os debates e as decisões do Congresso Nacional também impactam nesse cotidiano.

Também fez parte do cenário analisado, a noção de que as matérias da Agência Senado, em alguns casos, são as únicas fontes de informação para os jornalistas dos *sites* da imprensa privada do Estado, visto que há poucos profissionais contratados naqueles órgãos de imprensa. Situação, porém, que, aparentemente, não resulta em um reconhecimento oficial por parte dos *sites* do grau de dependência em relação aos serviços prestados pela Agência, pois, nem sempre, ao aproveitarem o material produzido pela Agência, os textos e títulos originais são mantidos por essa mídia privada. Observa-se assim uma ausência de cuidado com a questão do direito autoral. Alguns veículos sequer citam o autor da matéria original.

Essa interferência nos textos pode decorrer de uma necessidade percebida pelos jornalistas locais para adaptar a linguagem à realidade local e de quem vai ler a notícia. Como boa parte desses profissionais não tem formação acadêmica, também não têm o cuidado e o compromisso de preservar a autoria e a fonte.

Este estudo identificou como a internet é uma ferramenta bastante utilizada na Região Amazônica. Em Rondônia, constatamos como é alto o número de acessos às centenas de sites criados no Estado. A interatividade entre as mídias e a tecnologia usada é avançada. Rádios e TVs são acessados por meio de sites. Ao mesmo tempo em que o internauta lê uma matéria local pode ouvir determinada emissora de rádio, bastando clicar no link que geralmente

aparece na página do site. Há ainda a interatividade entre o locutor, no caso das rádios, com os ouvintes-internautas. Os textos enviados por e-mail ao locutor aparecem on-line e são lidos ao vivo. Constatou-se que há um forte interesse pelo acesso às informações noticiosas a partir dos sites, sobretudo notícias políticas e sobre determinados políticos.

Pode-se concluir que o alto número de acessos aos sites de Rondônia deve-se também à facilidade dessa nova mídia. Não se pode comparar a agilidade com que a notícia é repassada pela internet com a velocidade com que são veiculadas nos jornais impressos. Grande parte da população rondoniense vive na zona rural de municípios distantes de Porto Velho que fica no centro do Estado. A maioria dos periódicos são impressos na capital.

Outra percepção motivadora deste estudo apontava para a pouca qualificação dos profissionais da imprensa estadual. Dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia deste ano indicam que apenas 80% dos que trabalham nos jornais, sites e rádios possuem bacharelado em Comunicação Social.

Por meio das entrevistas, foi possível a este estudo verificar a procedência desses dados do sindicato. Percebeu-se também que o fato de a maioria não ter nível superior prejudica o conteúdo do noticiário da mídia rondoniense. Os sites ficam à mercê de releases de assessorias de imprensa ou de agências de notícias, o que empobrece o noticiário local, uma vez que as agências também têm um público difuso e nem sempre se utilizam de linguagem jornalística adequada à diversidade de classes que acessam a informação. Quem mais sai prejudicado é o leitor.

É possível constatar a diferença entre os profissionais da Agência Senado e dos sites noticiosos de Rondônia. A principal delas é o grau de instrução. Todos os repórteres da Agência Senado são jornalistas e servidores públicos concursados, enquanto apenas uma pequena parcela da mídia do Estado é formada em Jornalismo. É perceptível a diferença intelectual entre a maioria deles. Há, no entanto, excelentes profissionais na mídia rondoniense que têm a imagem maculada por pseudo-jornalistas ou jornalistas sem ética que praticam uma das faces mais cruéis das relações humanas, a prática do achaque e extorsão.

Além do interesse em tornar seus textos legíveis, escrever para um público tão diversificado na internet pareceu ser uma das raízes para o fato de os jornalistas de Rondônia redigirem com uma linguagem menos complexa, acessível à população de pouca escolaridade, preocupação essa que não pode ser acompanhada pela Agência Senado, uma vez que atua para atender as 27 unidades da federação com neutralidade. Alie-se a isto a preocupação em destacar os textos (em geral, pequenos) com títulos chamativos e com palavras atraentes.



Paradoxalmente ao quadro da possível baixa erudição dos leitores, é perceptível que o interesse pela política é uma característica local em Rondônia.

Por outro lado, jornalistas da Agência Senado se dizem interessados em escrever de maneira mais simples e em evitar os termos técnicos. Alguns, no entanto, admitem que existem matérias mais complicadas e que é necessária uma linguagem mais rebuscada. Na verdade, esses profissionais não têm uma orientação clara para quem escrever: ao jornalista que acessa a Agência para se pautar ou ao internauta comum, que só quer acessar notícias sobre algum senador ou assunto discutido na Casa.

Neste estudo também abordamos as relações de poder entre a política e a mídia de Rondônia. De acordo com relatos, é comum o achaque e as ameaças a jornalistas. A pesquisa conseguiu comprovar que as denúncias são fundadas já que realmente existe como corriqueira a prática, por parte de alguns políticos, de pagamento para evitar-se a publicação de notícias negativas a respeito desses políticos. Em situação similar, outros desembolsam valores que variam de R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00 por matéria favorável publicada nos *sites*. Há também sites mantidos por políticos apenas para atacar os adversários. E, ainda que essa prática não esteja restrita a Rondônia, é representativa e pode ser considerado um sintoma da relação entre poder político/imprensa que se estabelece naquele Estado.

Gravação em DVD divulgada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) por ocasião do 1º Encontro Judiciário-Imprensa do TJRO mostra um jornalista admitindo que o seu jornal, no interior do Estado, é usado para achacar e extorquir políticos. O material está anexado a este trabalho. O jornalista é um dos primeiros a fazer perguntas, aos 29 minutos do início do evento. É possível verificar nessa gravação a reação de jornalistas comprometidos com a profissão criticarem esse jornalista.

Finalmente, percebeu-se com este trabalho que os profissionais sérios e pautados sob a ética estão preocupados com o futuro da profissão no estado e em buscar fórmulas de como poderiam contribuir para mudar a realidade da mídia regional. Na gravação, alguns jornalistas participantes do seminário mostram-se indignados com a má-fé do jornalista-achacador.

Em um trabalho futuro, poder-se-á conferir como o leitor analisa o noticiário da mídia regional de Rondônia e se percebe a existência das relações de poder entre a política e a imprensa aqui detectadas. Também será possível aprofundar como os jornalistas comprometidos com a profissão lidam com essas relações de poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. *O Jornalista: do mito ao mercado*. Artigo publicado na revista “Estudos de Jornalismo e Mídia”, volume 2, nº 1. Santa Catarina: UFSC, 2005. Disponível em <http://posjor.ufsc.br/public/docs/138.pdf>. Acesso em 04/11/2008.
- AGUIAR, Adriana. *Revista Consultor Jurídico*. São Paulo, 24 de agosto de 2005, página da internet: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/37343>, acessada em 17 de setembro de 2008.
- ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Valéria R. S. F. *A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. *Conceito de Comunicação Pública*. In: DUARTE. J. Comunicação Pública: Estado, Governo, Mercado, Sociedade e Interesse Público. Jorge Duarte (org.). São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Tradução de Marco Aurélio Nogueira.
- \_\_\_\_\_. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BRASIL. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Rio de Janeiro: Fenaj, 2007. Disponível em [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. *Manual de Redação: Agência Senado e Jornal do Senado*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Volume I. Paz e Terra, São Paulo, 2005.
- COMUNIQUE-SE, Portal. *Radialista é preso por extorsão em cidade gaúcha*. Disponível em <http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?menu=JI&idnot=47058&editoria=8>. Página acessada em 18/08/2008.
- DEMO, Pedro. *Pobreza Política*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.
- ERBOLATO, M. *Informações científicas no noticiário dos jornais*. Comunicarte, Campinas: PUC, v.1, p.119-127, 1982. In: Duarte, Jorge (Org.). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERRARI, Pollyana. *Jornalismo Digital*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- FREITAS, Luiz Carlos Santana de. *Introdução ao Jornalismo Legislativo*. Unilegis: Brasília, 2003.
- GANS, H. *Deciding What's News: a Study of CBS Evening News*. New York: Pantheon Books, 1979. IN: TRAQUINA, Nelson. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2001.
- GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Portal na internet. Disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=187>. Acesso em 16 de setembro de 2008.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

HEWITT, Hugh. *Blog: Entenda a Revolução*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2007.

KUCINSKI, B. *O Jornalismo no Brasil é parte de um sistema de informação massificado e promíscuo*. Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo: v.55, p.7-21, 1986. Entrevista. In: Duarte, Jorge (Org.). *Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia*. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, G. M. *Releasmania: uma contribuição para o estudo do press-release no Brasil*. São Paulo: Summus, 1985. In: Duarte, Jorge (Org.). *Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia*. São Paulo: Atlas, 2003.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

MARTINS E. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora O Estado de São Paulo, 1997.

MAYORDOMO, Tomas A., *Componente Pragmático, Componente de Representación y Modelo Lingüístico Textual*, in E. Bernardes, compilador, *Lingüística del Texto*, Madrid, Arco Libros, 1987, p. 179-180, cit. por Escribano (2001), *Pragmática e ideologia en las informaciones sobre conflictos políticos*, U. P. de Salamanca, p. 14. Apud: MOTTA, Luiz Gonzaga. *Notícias do Fantástico*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2006.

MILL, Stuart. *Sobre a Liberdade*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

MORAES, Dênis de. *O capital da mídia na lógica da globalização*. In.: MORAES, D. (Org.). *Por uma outra comunicação*. Record, Rio de Janeiro, 2003, pp. 187-216. In: ALMEIDA, Valéria R. S. F. *A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real – O fetiche da velocidade*. Revan, Rio de Janeiro, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Notícias do Fantástico*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_ (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NASCIMENTO, Solano. *Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a Imprensa*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para aprovação no processo de doutoramento da Universidade de Brasília, 2007.

NEVES, Josélia Gomes. *Práticas político-partidárias em Rondônia: procurando um sentido nas peças do tabuleiro*. Revista Espaço Acadêmico nº 58, Março de 2006, publicado no site [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br), no link <http://www.espacoacademico.com.br/058/58neves.htm>

NOGUEIRA, Octaciano. *Introdução à Ciência Política*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2007.

NOVELLI, Ana Lúcia. *O projeto Folha e a negação do quarto poder*. In: MOTTA, (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PLANIN, Assessoria. *Embratel vai levar Internet a 102 pontos de Rondônia via satélite*. Matéria veiculada pela Embratel no dia 9 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.rondoniagora.com/web/ra/noticias.asp?data=9/9/2008&cod=20275>

SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das Fontes: o Difusor do Jornalismo Corporativo*. Artigo publicado em 2006 na Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>. Acessado em 3 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. *Quem faz notícia no parlamento brasileiro?* Análise Comparativa das rotinas dos "newsmakers do Senado Federal. Artigo publicado em 2007 na Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-quem-faz-a-noticia-parlamento.pdf>. Acessado em 3 de novembro de 2008.

SANTOS, Rogério Santana dos. *Pela primeira vez mais da metade da população já teve acesso ao computador*. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2007. São Paulo, 2008, pp. 35-39. Site <http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo50.htm>, acessado em 24 de setembro de 2008.

SANTOS, Mário Vitor. *Jornalismo, receita para a extinção*. Copyright revista Comunicação Empresarial nº 48, 3º trimestre de 2003 ([www.aberje.com.br](http://www.aberje.com.br)). Publicado no Observatório da Imprensa (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp260820035.htm>). Acessado em 25/10/2008.

SAULE Jr., Nelson (org.); CARDOSO, Patrícia de Menezes (org.). *O direito humano à moradia em Porto Velho e os desafios para o desenvolvimento sustentável de uma cidade da Amazônia*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 56p.

SILVA, Luiz Martins. *Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições*. IN: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

STOPPINO, Mário. *Poder*. In BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: Editora UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e história*. Lisboa: Vega, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. Rio Grande do Sul: Editora Unisino, 2001.

VEJA. *Auto Retrato: Yoani Sánchez*. São Paulo: Editora Abril, edição 2062 – ano 41 – 28 de maio de 2008.

## ANEXO I

- Cópia de correspondência eletrônica (e-mail) entre um assessor de imprensa e um jornalista de Rondônia, enviada no dia 1º de março de 2007, às 22h55. Trata-se da resposta do jornalista cobrando pela veiculação de material.

## ANEXO II

- Cópia de gravação digital do 1º Encontro Judiciário-Imprensa do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), realizado no dia 5 de abril de 2008. Duração: 1h53min. DVD cedido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. Produção: Coordenação de Comunicação Social do TJRO.

## **ANEXO III**

### **Questionário com perguntas destinadas aos jornalistas da Agência Senado**

- 1 – Os jornalistas da Agência Senado seguem o Manual de Redação do Jornal e Agência Senado?
- 2 – Houve preocupação que o texto ficasse legível para o leitor menos intelectualizado?
- 3 – Para quem eles escrevem: outros jornalistas ou para o leitor?
- 4 – Ao escrever uma matéria sobre um tema regional você tem preocupação especial com o leitor da região?
- 5 – Você acredita que a informação divulgada pela Agência chega aos estados menos evidentes?
- 6 – Você compreende sempre o tema que está escrevendo?
- 7 – Há preocupação com o excesso de termos técnicos?
- 8 – Existe discriminação com os senadores de estados menos favorecidos?
- 9 - Você se sente influenciado por algum fator externo na hora de escrever a matéria, como pressão do tempo, direcionamento político, etc?
- 10 - Você já pensou ou se interessou em saber se o leitor final, o cidadão, utiliza as informações que você publica por meio da Agência Senado?

## **ANEXO IV**

### **Questionário com perguntas destinadas aos jornalistas dos sites de notícias de Rondônia**

- 1 - As matérias da Agência Senado são acessíveis aos leitores?
- 2 – Os textos têm linguagem simples?
- 3 – Há excesso no uso de termos técnicos?
- 4 – Você já teve que reescrever uma matéria da Agência Senado para deixá-la numa linguagem mais acessível?
- 5 – Você é orientado a manipular os textos da Agência?
- 6 – Há preocupação do site com o direito autoral?
- 7 – O site depende da Agência Senado? Seria possível conseguir fazer uma matéria se não fosse a Agência?
- 8 – Qual o grau de confiabilidade da Agência Senado?
- 9 – Você sabe se o leitor do site também acessa a Agência Senado?
- 10 - Quando você utiliza as informações da Agência seu foco é sempre a atuação parlamentar individual ou matérias sobre atividades em geral do Senado também são aproveitadas (votações, audiências públicas, sessões de homenagem etc)?